



CENTRO UNIVERSITÁRIO DE BRASÍLIA
Graduação no Curso de Relações Internacionais

PATRÍCIA PIRES BADKE

**DESMINAGEM EM MOÇAMBIQUE:
PROBLEMAS E LIMITES**

BRASÍLIA
2008.

PATRÍCIA PIRES BADKE

**DESMINAGEM EM MOÇAMBIQUE:
PROBLEMAS E LIMITES**

Monografia apresentada como requisito para
conclusão do curso de bacharelado em Relações
Internacionais do Centro Universitário de
Brasília.

Orientador: Prof. Dr. Delmo Arguelhes

BRASÍLIA
2008.

PATRÍCIA PIRES BADKE

**DESMINAGEM EM MOÇAMBIQUE:
PROBLEMAS E LIMITES**

Banca Examinadora

Prof. Delmo Arguelhes
Orientador

Prof. Cláudio Tadeu Cardoso Fernandes
Examinador

Prof. Wellington Pereira Carneiro
Examinador

BRASÍLIA

2008.

Este trabalho, que visa à construção de um mundo livre de minas é dedicado a todas as vítimas de minas terrestres e seus familiares, não apenas em Moçambique como em todo o mundo, que inocentemente sofreram e ainda sofrem as consequências de um mundo cruel e desigual. Essas pessoas merecem o reconhecimento de todos nós que buscamos viver em uma sociedade mais justa e pacífica.

AGRADECIMENTO

Agradeço ao Professor Delmo Arguelhes, exemplo de doutor e amigo, pelo inestimável apoio e pela indispensável orientação que me deu para a realização deste trabalho.

Agradeço, também, a Professora Tereza Cristina Nascimento França, da Universidade Católica de Brasília, pela força no início da minha pesquisa e todo o carinho demonstrado.

Agradeço aos professores e funcionários do curso de graduação, destacando a funcionária Vanessa Campanella, pela amizade e pelo convívio ao longo desses anos.

Agradeço, finalmente, a todos os meus familiares e amigos, que direta ou indiretamente, contribuíram para a conclusão do meu curso, principalmente a meu namorado e minha mãe, Cristina Badke, pela força, compreensão e por todas as noites mal dormidas durante a fase final deste trabalho.

O mundo é um lugar perigoso de se viver, não por causa daqueles que fazem o mal, mas sim por causa daqueles que observam e deixam o mal acontecer.

Albert Einstein

RESUMO

Moçambique viveu aproximadamente 30 anos em conflitos armados, desde sua luta pela libertação colonial, que chegou ao fim com a conquista da independência em 1975, até sua prolongada guerra civil que terminou com a assinatura do Acordo Geral de Paz em 1992. Em todos esses anos, minas foram estrategicamente utilizadas por praticamente todos os envolvidos nos conflitos, com diferentes objetivos. Inúmeros cidadãos inocentes foram vítimas desses engenhos mesmo após o fim da guerra, e até hoje as minas terrestres continuam a causar acidentes e vítimas, violando o direito internacional humanitário. Neste contexto, surge o processo de ação contra minas que visa erradicá-las através da desminagem. Planos e metas de desminagem são constantemente elaborados no país, porém essa questão está longe de ser considerada prioritária e ainda é bastante limitada. A Convenção de Ottawa de 1997, sobre a proibição do uso, armazenamento, produção e transferência de minas antipessoal e sobre sua destruição, determinou um prazo de 10 anos para os países de livrarem das minas terrestres neles disseminadas. Entretanto, não alcançou seu objetivo e este nem parece estar muito próximo de ser alcançado. Além disso, os contínuos casos de acidentes mostram a necessidade de intensificar a educação da população sobre os riscos de minas, para ao menos evitá-los, enquanto a problemática das minas ainda estiver presente. O governo local e as organizações envolvidas não priorizam este tema e sempre justificam o atraso da erradicação das minas no país, mas sem encontrar um culpado. É preciso mobilizar a população internacional para o impacto das minas, principalmente aqueles que lutam pela paz e por uma sociedade mais justa, em que inocentes não sofram consequências de um mundo marcado por guerras.

Palavras-chave: desminagem; guerras; minas terrestres; Moçambique; Tratado de Ottawa; vítimas.

ABSTRACT

Mozambique was at war for almost 30 years, starting from its conflicts against the Portuguese colonialism, which came to a close by reaching independence in 1975 and continuing with years of Civil War that only ended with the General Peace Accord signature, in 1992. During this period, landmines were strategically used by the conflict parties in a variety of ways. Many innocent civilians have been killed and injured by anti-personnel mines, even after the war's end. People are still being victims of the mines, what violates the humanitarian law. In this context, the mine action program emerges to eliminate all landmines existing on the country by demining process. Plans and strategies of demining have been constantly developed, however, this issue is far to be considered priority and still have some limitations. The Ottawa Convention of 1997, on the prohibition of the use, stockpiling, production and transfer of anti-personnel mines and on their destruction, has purposed that countries should destroy landmines in a term no longer than ten years. However, the treaty has not reached its objective, and this does not even seem to be close to happen. In addition, the Government and organizations responsible for this issue are always trying to justify the delay of the landmines eradication, without pointing the cause for this fact. International mobilization for landmines effects is more than needed, especially to mobilize those who fight for a peaceful and fair society, in which innocent people should not suffer any consequences of a world made of war.

Key words: demining; landmines; Ottawa Convention; Mozambique, victims, war.

LISTA DE ABREVIATURAS

ANP	Ajuda Popular da Noruega
APOPO	<i>Vapour Detection Technology</i>
CIO	<i>Rhodesian Central Intelligence Office</i>
CE	Comissão Europeia
ESFM	Escola Secundária Francisco Manyanga
FADM	Forças Armadas de Defesa de Moçambique
FRELIMO	Frente de Libertação de Moçambique
GICHD	<i>Geneva International Centre for Humanitarian Demining</i>
GPA	<i>General Peace Accord</i>
HI	<i>Handicap International</i>
HT	<i>Halo Trust</i>
ICBL	<i>International Campaign to Ban Landmines</i>
ICRC	<i>International Committee of the Red Cross</i>
IND	Instituto Nacional de Desminagem
INGC	Instituto Nacional de Gestão de Calamidades de Moçambique
JVC	<i>Joint Venture Commission</i>
MANU	União Nacional Africana de Moçambique
MFA	Movimento das Forças Armadas
MID	Diretório de Inteligência Militar da África do Sul
MISAU	Ministério da Saúde de Moçambique
MMA	<i>Mozambique Mine Action</i>

MMAS	Ministério para as Mulheres e Ação Social de Moçambique
OMM	Organização das Mulheres Moçambicanas
OMS	Organização Mundial da Saúde
ONU	Organização das Nações Unidas
ONUMOZ	Operação das Nações Unidas para Moçambique
PAD	Programa Acelerado de Desminagem
PARPA	Plano de Ação para a Redução da Pobreza Absoluta
PNAM	Plano Nacional de Ação contra Minas
RENAMO	Resistência Nacional Moçambicana
RONCO	<i>RONCO Consulting Corporation</i>
UDENAMO	União Democrática Nacional de Moçambique
UE	União Européia
UNAMI	União Nacional Africana para Moçambique Independente
UNICEF	Fundo das Nações Unidas para Infância
USAID	Agência Norte-Americana para o Desenvolvimento Internacional
UNMAS	<i>United Nations Mine Action Service</i>
UXO	<i>Unexploded Ordnance</i>

SUMÁRIO

RESUMO.....	vii
ABSTRACT	viii
LISTA DE ABREVIATURAS.....	ix
INTRODUÇÃO	1
1º CAPÍTULO - OS CONFLITOS EM MOÇAMBIQUE.....	3
1.1 O período de Descolonização:.....	3
1.2 A Guerra Civil:	12
1.3 As Negociações de Paz:.....	15
2º CAPÍTULO - A PROBLEMÁTICA DAS MINAS TERRESTRES.....	19
3º CAPÍTULO - O PROCESSO DE DESMINAGEM E SUAS LIMITAÇÕES	33
CONCLUSÃO.....	45
REFERÊNCIAS	47
ANEXOS	52

INTRODUÇÃO

Moçambique viveu mais de 30 anos em conflitos, desde os anos 60 em sua guerra de libertação colonial contra Portugal, até outubro de 1992, quando foi assinado o acordo de cessar-fogo entre rebeldes da Renamo e o governo moçambicano, após anos de guerra civil. Durante os anos de conflito, combatentes de todos os lados e partidos disseminaram minas terrestres na região, como forma de ataque e principalmente de proteção. As minas terrestres já foram responsáveis por mais de 10.000 vítimas, e continuam a ser causa de acidentes mesmo após o fim da guerra. A problemática das minas disseminadas em Moçambique, não apenas afeta os civis, que continuamente são vítimas inocentes destes engenhos explosivos, como também afeta o desenvolvimento socioeconômico da nação. Neste contexto, o processo de retirada dessas minas, conhecido como desminagem, é fundamental para impedir que mais acidentes venham a ocorrer e também para permitir o desenvolvimento do país em sua reconstrução após o período de guerras.

Este trabalho consiste em através de relatórios e documentos do governo moçambicano, e de organizações internacionais voltadas para o desenvolvimento e proteção dos direitos humanos, mostrar o impacto das minas terrestres no desenvolvimento do país e suas conseqüências na vida da população local. Em seu último capítulo, este trabalho aborda também, o processo de desminagem que vem sendo realizado em Moçambique há alguns anos e os esforços do governo e da comunidade internacional em erradicar esses engenhos explosivos, em todas as suas formas, de acordo com a Convenção de Ottawa de 1997, sobre proibição do uso, armazenamento, produção e transferência de minas antipessoal e sobre sua destruição. Todavia, mostra também que esta questão está longe de ser prioridade tanto pelo Governo local como pelas ONG`s e agências ali instaladas. Apesar dessa excelente proposta realizada na Convenção de Ottawa, que prevê a erradicação das minas terrestres nos países signatários através da realização da desminagem, e da vontade da população em se ver livre desses engenhos explosivos, existem ainda muitas limitações que atrasam a conclusão do processo em Moçambique e as partes envolvidas nunca apontam um culpado, somente mostram os grandes esforços por elas realizados.

Até hoje não se sabe exatamente o número de minas que foram espalhadas em Moçambique nos anos de conflitos, algumas estimativas serão apresentadas, porém nenhuma condiz de fato, com a realidade. Assim como a quantidade de minas terrestres espalhadas no território moçambicano, não se sabe ao certo também quantas vítimas já foram atingidas por este artefato. Isso porque o sistema moçambicano de hospitais e assistência às vítimas ainda é muito precário, fazendo com que muitas pessoas nem procurem o sistema de saúde nacional, sendo assistidos pelos próprios familiares e vizinhos. O país ainda não tem um sistema eficiente de pesquisas para identificar casos de acidentes envolvendo minas terrestres na região. Os relatórios existentes são de pessoas que deram entradas nos hospitais, o que com certeza não signifique talvez metade do número real.

Considerando as dificuldades enfrentadas por Moçambique em sua reconstrução após suas guerras e por ser um país em desenvolvimento sem dispor de muito recurso financeiro e conhecimento técnico, fica explícito também a necessidade da cooperação internacional no processo de desminagem de Moçambique e em todos os âmbitos causados em consequência das minas terrestres. Desde pesquisas para localizar áreas contaminadas com esses engenhos, prevenção dos acidentes através da conscientização da população sobre o risco das minas, até e principalmente a assistência às vítimas de minas terrestres e seus familiares.

Para realizar essas análises documentais, foi utilizada a metodologia proposta por Hans-Georg Gadamer, em que tenta-se interpretar primeiramente o texto analisado, para somente depois compreendê-lo, tentando afastar os preconceitos ou ao menos controlá-los, para assim obter a hermenêutica ao interpretar o conteúdo analisado da forma mais correta possível.

1º CAPÍTULO - OS CONFLITOS EM MOÇAMBIQUE

1.1 O período de Descolonização:

Pouco se sabe da história do território que hoje se designa por Moçambique antes da chegada dos europeus, mais precisamente dos portugueses. A partir do século III d.C, os povos que ocupavam o território dedicavam-se à caça e à pesca. O território foi depois invadido por vários humanos supostamente oriundos da floresta congoleza. Esta expansão designada banto penetrou no território moçambicano através dos vales dos rios que provêm do interior do continente, e vieram introduzir as atividades agrícola e pecuária, difundindo simultaneamente a tecnologia da metalurgia do ferro. A história da África Negra antes da chegada dos colonizadores encontra-se pouco documentada, especialmente por fontes escritas, e mesmo com o pouco que existe fica muito difícil resumir séculos de história em apenas um capítulo. Por isso, este capítulo abordará a história de Moçambique a partir da dominação portuguesa.

Segundo Malyn Newitt, Moçambique completará a pouco 118 anos de existência, pois o país adquiriu a sua forma atual por resultado de um tratado luso-britânico de maio de 1891.¹ Entretanto, o Moçambique criado em 1891 não foi o resultado de um traçado cartográfico aleatório, mas um esforço no sentido de estabelecer aquela região de acordo com sua história. A chegada dos portugueses no litoral de Moçambique vem após a expansão dos Muenemutapas, que se expandiram a partir do planalto do Zimbábue e chegaram a ocupar um vasto território que se estendia por quase toda a África austral de costa a costa.² Este império veio a desintegrar-se durante o século XVII. Os portugueses ajudados pelos povos locais foram

¹ Cf. Malyn Newitt. *História de Moçambique*. Lisboa: Europa-América, 1997, p. 318.

² Cf. ESFM, *Os estados: o estado dos Muenemutapas*. Disponível em: <http://www.manyanga.ac.mz/discip/hist/hist_18.php>. Acesso em: 16 set. 2008.

aumentando a sua presença por todo Moçambique. Apesar de dominarem todas as rotas comerciais de bens destinadas à Europa, a presença efetiva portuguesa no território era muito fraca. Sucederam-se então, várias disputas entre os povos do interior.

A entrada portuguesa em Moçambique, iniciada no século XVI só se transformou em uma ocupação militar, ou seja, na submissão total dos estados ali existentes, em 1885, com a partilha da África pelas potências europeias entre 1870 e 1900. A Conferência de Berlim foi o símbolo da partilha colonial do continente africano pelas potências europeias, na segunda metade do século XIX.³ Mas Portugal não tinha população suficiente para ocupar Moçambique, então pediu ajuda ao estrangeiro, começando assim uma longa história de dependência externa, nomeadamente da África do Sul, que recrutava no sul de Moçambique mão-de-obra para as suas minas, enquanto que o norte era arrendado a companhias estrangeiras, em sua maioria inglesas.

Em 28 de maio de 1891, a Inglaterra e Portugal assinaram um tratado determinando o traçado das fronteiras de Moçambique. Sem dúvida, essas fronteiras refletiram na evolução da região. Contudo, o traçado das fronteiras de Moçambique não criou por si só um Estado. Não deu qualquer indicação do tipo de sociedade, administração, ou economia que viria surgir, ou qualquer indício sobre a forma como se desenvolveriam as relações com os vizinhos e como os próprios moçambicanos iriam reagir à circunstância de serem divididos.⁴

De 1880 a 1941, a economia foi dominada por empresas privadas e concessionárias estrangeiras. Pouco esforço foi feito neste período para desenvolver a economia moçambicana ou sequer melhorar sua infra-estrutura. Dessa forma, não havia objetivos de desenvolvimento da vida de sua população. Mesmo após se tornar de fato uma colônia portuguesa, ainda assim não havia interesse em desenvolver sua economia, pois os esforços eram

³ A Conferência de Berlim foi realizada entre novembro de 1884 e fevereiro de 1885 teve como objetivo organizar, na forma de regras, a ocupação da África pelas potências coloniais. Resultou em uma divisão que não levou em consideração nem a história, nem as relações étnicas e mesmo familiares dos povos do Continente. Impôs às potências colonizadoras a obrigatoriedade da ocupação efetiva dos territórios.

⁴ Cf. Malyn Newitt. *História de Moçambique*. Lisboa: Europa-América, 1997, p. 321.

voltados para beneficiar os colonos brancos e Portugal. A partir do século XX, mais propriamente nos anos 30, o estado novo português tentou criar uma base produtiva mais consistente, desenvolvendo as culturas do algodão e do tabaco e introduzindo novas culturas como o caju e o coco. Com esta aposta econômica, assiste-se ao leve desenvolvimento das cidades, dos transportes e do turismo, que levou a um crescimento econômico, e atraiu uma nova vaga de colonos portugueses durante os anos 50 e 60.

Em sua participação política como colônia, Moçambique possuía o direito de mandar deputados para Lisboa. Porém, os únicos negros africanos que poderiam se eleger eram grupos de menos de 1% da população, que passavam por testes necessários a se tornarem cidadãos portugueses. Diferentemente da maioria das autoridades coloniais dos anos 50, os portugueses não acreditavam na capacidade de Moçambique se tornar independente. Entretanto, o sistema colonial durou muito pouco em Moçambique. A nível legislativo, procurou-se corrigir disparidades, pois - pelo Art. 141º da Lei nº 2048, de 11 de junho de 1951, que alterou a Constituição - o Estado garantia, por medidas especiais, como regime de transição, a proteção e defesa dos indígenas, nas províncias onde os houvesse, de acordo com os princípios de humanidade e soberania, impedindo e castigando as autoridades e os tribunais, nos termos da lei, todos os abusos contra a pessoa e bens dos indígenas. Porém a aplicação prática nem sempre correspondia ao labor legislativo.⁵ Em 1951 foram abolidas as designações império colonial e colônia, substituídas por ultramar e províncias ultramarinas, mantendo-se, no entanto, no ultramar o Estatuto do indígena que recusava a cidadania aos africanos. Somente em 1961, devido às investidas e pressões dos movimentos de libertação nacional, é que foi abolida, pelo então ministro do ultramar, Professor Adriano Moreira, o Estatuto do Indígena.⁶

Durante os anos 50, e devido à constante onda de movimentos de emancipação existentes no continente africano após a Segunda Guerra Mundial, surgem a MANU (União Nacional Africana de Moçambique) na Tanzânia, e a UDENAMO (União Democrática Nacional

⁵ Cf. Francisco Miguel Gouveia Pinto Proença Garcia. *Análise Global de uma Guerra: Moçambique 1964-1974*. Disponível em: <http://www.triplov.com/miguel_garcia/mocambique/capitulo1/politica_interna.htm>. Acesso em: 15 set. 2008.

⁶ Cf. Arsênio Fermino de Pina. *Do racismo e da segregação racial*. Parede, 2008. Disponível em: <http://www.asemana.cv/article-imprim.php3?id_article=30876>. Acesso em: 17 set. 2008.

de Moçambique) em Salisbúria, cidade do Zimbábue atualmente conhecida como Harare. Ambos movimentos formais de resistência à dominação portuguesa em Moçambique. Porém, as atividades fúteis dos movimentos de oposição que eram muito fracos e divididos, raramente se referiam às questões coloniais.

Anteriormente à década de 1960, Portugal quase não sentiu desafios ao seu império na África. A pouca pressão que existia vinha do exterior, principalmente após a entrada de Portugal nas Nações Unidas em 1955, que passou a ser questionado pela Comissão das Nações Unidas para Descolonização. No início de 1961 eclodiu uma revolta em Angola, que era também uma colônia portuguesa, visando tornar-se um país independente, o que ocorreu em 1975. Por mais confiantes que fossem, os portugueses passaram a introduzir em suas políticas internas as questões de suas colônias africanas. A oposição ao domínio português nas colônias africanas começou a desencadear ataque atrás de ataque. A partir de então, o regime de Antônio de Oliveira Salazar,⁷ em uma posição que não conseguia mais recuar, e teve que se preparar tanto militar como ideologicamente para defender a guerra com suas colônias na África.

A Frente de Libertação de Moçambique, Frelimo, estreou a luta contra a dominação portuguesa em setembro de 1964, com um ataque a uma base militar no norte de Moçambique. A guerra havia sido nitidamente assinalada há muito tempo antes por ambas as partes. Normalmente uma guerra é antecedida por algum tipo de conduta entre os combatentes, mas neste caso, os dois lados não reconheceram a existência de direitos beligerantes um do outro. A comunicação que havia era através de mídias mundiais ou em alguns momentos através de intermediários. Antes da eclosão da guerra de libertação não houve interesse em negociar ou discutir a possibilidade de tornar o país independente.

A exposição das guerras de Portugal com suas colônias, feita pelas mídias estrangeiras, gerava diferentes reações em outros países. Os moçambicanos no estrangeiro ficavam expostos a várias marés da política internacional e desfrutavam de um pensamento

⁷ Antonio de Oliveira Salazar foi um político português que dirigiu os destinos de Portugal, como Presidente do Conselho de Ministros entre 1932 e 1968. Exerceu o poder político de forma autoritária com uma linha de política econômica nacionalista.

moderno, muitas vezes reagindo a qualquer tipo de dominação. O jovem Eduardo Mondlane, doutor em sociologia formado em Lisboa resolveu reagir ao domínio português em finais da década de 1950. Formou então um movimento político de esquerda a favor da libertação de Moçambique. Não existe uma definição perfeita para um movimento político de esquerda, entretanto, concordamos com a definição apresentada por Norberto Bobbio:

Com estas referências a situações históricas, pretendo simplesmente reafirmar minha tese de que o elemento que melhor caracteriza as doutrinas e os movimentos que se chamam de ‘esquerda’, e como tais têm sido reconhecidos, é o igualitarismo, desde que entendido, repito, não como a utopia de uma sociedade em que todos são iguais em tudo, mas como tendência, de um lado, a exaltar mais o que faz os homens iguais do que o que os faz desiguais, e de outro, em termos práticos, a favorecer as políticas que objetivam tornar mais iguais os desiguais.⁸

Em 25 de julho de 1962, Mondlane reuniu na Tanzânia pequenos grupos nacionalistas para formar um partido político chamado Frente de Libertação de Moçambique, a Frelimo,⁹ com o objetivo de lutar pela independência de Moçambique do domínio colonial português. Conseguiu apoio internacional para sua guerra contra o colonialismo e em 1964, apoiada por países do leste europeu e pela China, iniciou de fato sua guerra para a libertação de Moçambique perante o colonialismo português. O partido vinha apresentando êxito em seu objetivo, mas apresentava inúmeros conflitos internos, o que conduziu a uma série de mortes e desaparecimento de pessoas no período da guerra. Mondlane foi um líder poderoso que ajudou a transformar a Frelimo, naquilo que se tornou após a sua morte, um movimento de guerrilha muito coeso e eficaz.¹⁰

Todavia, o movimento sofreu uma crise, quando em fevereiro de 1969, Eduardo Mondlane foi assassinado através de uma encomenda bomba. Com a nomeação de Samora Machel, chefe do departamento de defesa da Frelimo em 1970, como novo presidente do partido,

⁸ Cf. Norberto Bobbio. *Direita e esquerda: razões e significados de uma distinção política*. 2ªed. São Paulo: Editora UNESP, 2001, p. 125.

⁹ Fundada a partir da união de três movimentos já existentes: UDENAMO – União Democrática Nacional de Moçambique; MANU – *Moçambique African Nation Union* e UNAMI – União Nacional Africana para Moçambique Independente.

¹⁰ Cf. Malyn Newitt. *História de Moçambique*. Lisboa: Europa –América, 1997, p. 451.

o controle foi rapidamente consolidado e o movimento se fortaleceu, intensificando a luta armada. Adquiriu poder gradualmente no campo de batalha e se expandiu para diferentes províncias. Sentindo a pressão do partido, os militares portugueses responderam adotando táticas, sobretudo políticas, duras contra civis e principalmente contra camponeses. Nas zonas ameaçadas pela infiltração da Frelimo, criaram aldeias fortificadas, conhecidas como aldeamentos estratégicos, para isolar a população. Estes aldeamentos, muitos fáceis de controlar, e semelhantes a campos de concentração, eram áreas em que se alojavam inúmeros civis com o objetivo de isolar o contato da população civil com a guerra. Além disso, para cultivar o apoio religioso, os portugueses investiram na construção de igrejas e mesquitas.

Até a morte do Presidente do Conselho de Ministros de Portugal, Salazar, a política portuguesa na África visou conter a revolta e jogou com as rivalidades étnicas para dividir o movimento nacionalista. Essa política tinha muita probabilidade de êxito, pois existia grande diversidade étnica no país e com isso a Frelimo foi ficando dividida. Neste momento, Portugal planejou destruir as bases e unidades da Frelimo e em maio de 1970, destacou 35.000 soldados para uma operação militar. Destruíram um total de 61 bases, além de um grande número de combatentes inimigos.¹¹ A Frelimo foi tomada de surpresa pela dimensão da operação portuguesa e contra atacou de forma ostensiva com o que veio a se revelar um golpe de mestre. As campanhas da Frelimo a favor da paz e da libertação tiveram êxito em termos psicológicos, e entre 1972-1974 contribuíram para desmoronar a estrutura colonial.

Além disso, o regime português também enfraqueceu com a deterioração das relações com a igreja católica. Em 1967, o regime de Salazar havia recebido o aval do Papa, pois defendia que o domínio português manteria os valores católicos cristãos. Porém, em 1970, a posição do Vaticano começou a mudar. Naquele ano, o Papa Paulo VI concedeu uma audiência aos líderes da Frelimo e se posicionou a favor da paz, da liberdade e da independência nacional de todos os povos, em particular dos povos africanos.

¹¹ Cf. Malyn Newitt. *História de Moçambique*. Lisboa: Europa-América, 1997, p. 457.

A guerra foi chegando ao seu fim na sequência de um golpe militar dado pelo Movimento das Forças Armadas (MFA), ocorrido em Lisboa, em abril de 1974. Neste ano, um milhão de homens portugueses serviam nas Forças Armadas na África e estavam descontentes com a guerra sem fim. Decididos a acabar com a guerra na África, os militares começaram a recusar-se a combater contra a Frelimo, e em alguns casos até confraternizavam com os até então inimigos. A Frelimo continuou a guerra e avançou sem encontrar qualquer resistência. O levante militar do dia 25 de Abril de 1974 derrubou, num só dia, o regime político que vigorava em Portugal desde 1926, sem resistência das forças leais ao governo que cederam perante o movimento popular que rapidamente apoiou os militares. Este levante é conhecido por 25 de Abril ou Revolução dos Cravos Vermelhos, porque tanto os homens como mulheres e crianças estavam com cravos nas mãos para simbolizar o fim da guerra. E o povo enfeitou de cravos os fuzis militares. E do povo a revolução ganhou o nome: Revolução dos Cravos Vermelhos.

Considera-se, em termos gerais, que esta revolução devolveu a liberdade ao povo português (denominando-se como "dia da Liberdade" ao feriado instituído em Portugal para comemorar a revolução). Um dos motivos foi pela crescente desilusão da população portuguesa com a atuação de Portugal em suas guerras coloniais. Em junho de 1974 começaram as primeiras negociações entre os portugueses e a Frelimo. Enfraquecido, Portugal decidiu rapidamente conceder a independência de suas cinco colônias africanas, Cabo Verde, São Tomé e Príncipe, Guiné-Bissau, Angola e Moçambique. Em 07 de setembro de 1974, foi assinado o acordo de Lusaca,¹² que permitiu a transferência do poder para a Frelimo sem eleições prévias. O então presidente da Frelimo ganhou forças e assumiu o poder do país. Samora Machel formou um governo de transição em setembro de 1974, nomeou Joaquim Chissano, membro do Comitê Central da Frelimo, primeiro ministro e levou o país à sua independência em junho de 1975, tornando-se o primeiro presidente de Moçambique. O acordo de Lusaca deixou muitas questões a resolver, como por exemplo, a posição dos colonos e de suas propriedades não recebeu nenhuma garantia e a questão da dívida colonial continuou pendente. O acordo entregou o poder à Frelimo quase incondicionalmente. Não foram realizadas eleições e houve apenas nove meses de administração provisória antes da comemoração da independência em 25 de junho de 1975.

¹² O acordo de Lusaca foi celebrado no dia 7 de setembro de 1974 em Lusaca, cidade de Zâmbia, entre o Estado português e a Frente de Libertação de Moçambique, com o objetivo de conquistar a independência de Moçambique.

Machel era muito enérgico e trabalhador. Impôs elevados padrões pessoais aos membros do movimento e sob sua influência tornou-se quase puritano nas exigências de sacrifício e empenho pessoal, dedicando sua vida às causas da Frelimo. Foi sem dúvida, uma força dentro do partido, ajudando a conduzi-lo para a esquerda e a transformá-lo em um movimento revolucionário que procurava principalmente a independência nacional.

Desde seu começo a Frelimo foi um partido formado por intelectuais. O partido estudou a história, a estrutura social e o desenvolvimento econômico de Moçambique cuidadosamente de modo que suas políticas assentassem na melhor base intelectual possível. Porém, a influência dos intelectuais no partido, parece ter estimulado a adoção de políticas mais voltadas à teoria do que ao conhecimento sólido do país e do povo, tendência que se agravou em virtude da maneira como o partido se distanciava cada vez mais das pessoas do povo, e deixava de escutar o que esses diziam. Mesmo assim, a Frelimo manteve-se como um partido extraordinariamente coeso, que obteve grandes mudanças de política sem mudar a liderança. Revelou-se assim, uma grande capacidade em criar um consenso dentro do grupo dominante.¹³

A política da Frelimo apresentava um programa radical de transformação socialista e tinha a intenção de reestruturar as bases sociais de Moçambique, acabando com a opressão social e política. O programa de reforma social do partido destinava-se a abranger todas as questões e tinha como principal objetivo criar a integração social que o domínio colonial não conseguia alcançar. Essa política exigia um forte controle principalmente da população rural e a proposta inicial de transformação socialista foi posteriormente reproduzida como uma estratégia militar de repressão da população. Mesmo radical, a política da Frelimo teve um fator positivo para o país. Iniciou projetos ambiciosos de educação e saúde na área rural, que foram reconhecidos mundialmente. Em sete anos o número de escolas dobrou e o de postos de saúde triplicou. Por outro lado, o governo acabou com as igrejas, principalmente as Católicas Romanas, que apoiaram Portugal durante a guerra de libertação.

¹³ Cf. Malyn Newitt. *História de Moçambique*. Lisboa: Europa-América, 1997, p. 469.

A transformação mais importante abordada pela Frelimo foi o papel das mulheres na sociedade, que até então não era significativo. O discurso de Machel na conferência da fundação da Organização das Mulheres Moçambicanas (OMM),¹⁴ em 1983, condensa os objetivos sociais da revolução da Frelimo:

A emancipação das mulheres não é um ato de caridade, o resultado de uma atitude humanitária ou compadecida. A libertação das mulheres é uma necessidade fundamental para a revolução, a garantia de sua continuidade e uma condição prévia da sua vitória. O principal objetivo da revolução é destruir o sistema de exploração e construir uma nova sociedade que liberte o potencial dos seres humanos, reconciliando-os com o trabalho e a natureza. É neste contexto que surge a questão da emancipação das mulheres.¹⁵

No relacionamento com os países vizinhos, Moçambique se alinhou no combate e no bloqueio aos governos brancos dos vizinhos Rodésia e África do Sul. Esta posição, que permitiu a instalação em território moçambicano de bases de guerrilheiros que combatiam o governo de Ian Smith (primeiro ministro da Rodésia), trouxe de novo a guerra ao país, cujas zonas fronteiriças eram constantemente atacadas pelas forças rodesianas anti-rebeldes.

Dois anos depois da independência, a Frelimo declarou formalmente a sua transformação de um movimento de libertação para um movimento Marxista-Leninista, apontando para a formação de um movimento revolucionário que tivesse por objetivo promover a transformação das estruturas da sociedade moçambicana, tendo como referencial o socialismo. Esta transformação tinha a missão de liderar, organizar, orientar e educar a população para acabar com o capitalismo e construir o socialismo. Acreditava-se que as estruturas do estado colonial tinham que ser analisadas com base na classe social e não na etnia e identificou a população rural como a classe mais oprimida sob o antigo regime. Acreditando que o povo podia ser mobilizado para apoiar a revolução, a Frelimo formou associação de massas, alistando líderes tradicionais como os chefes e dirigentes de cooperativas e também organizações de grupos oprimidos como os trabalhadores e as mulheres.

¹⁴ A OMM foi formada em 1983 para emancipar as mulheres moçambicanas e fazer com que essas fossem inseridas na sociedade.

¹⁵ Cf. Malyn Newitt. *História de Moçambique*. Lisboa: Europa-América, 1997, p. 471.

1.2 A Guerra Civil:

Em 1980, Samora Machel introduziu algumas reformas no sentido de combater a corrupção que se instalara no país, autorizando a iniciativa privada e a entrada de capital estrangeiro. Todavia, as relações com a África do Sul deterioraram-se, havendo inclusive confrontos armados e violação do território moçambicano. Além disso, o governo de Moçambique começou a impor sanções contra a minoria branca na Rodésia, atual Zimbábue.¹⁶ Essa atitude marcou o início das relações hostis entre os dois países. Dessa forma, os rodesianos começaram a se armar e treinar uma força de oposição ao governo de Moçambique. Esta força foi chamada de Renamo, Resistência Nacional Moçambicana. Primeiramente era uma unidade militar e depois se tornou um partido político conservador, liderado por Afonso Dhlakama, que após vencer violenta competição pela liderança, tornou-se o principal instrumento de desestabilização do governo da Frelimo, com quem lutou durante os dezesseis anos da Guerra Civil moçambicana e também contra o governo de Robert Mugabe no atual Zimbábue. A Renamo foi criada em 1977, pela Organização Central de Inteligência da Rodésia (CIO – *Rhodesian Central Intelligent Office*). Em seguida passou a ser gerenciado pelo Diretório de Inteligência militar da África do Sul (MID).

O governo da África do Sul usou a Renamo como uma ferramenta para desestabilizar o governo de Moçambique e substituí-lo por um governo mais acessível. Abastecida de armamentos da África do Sul, a Renamo ganhou forças entre 1980 e 1982. Começou com 1.000 combatentes e em dois anos já possuía mais de 8.000. Em pouco tempo as operações militares da Renamo já haviam se expandido por quase todo o país. A Renamo adquiriu uma reputação de selvageria e passou a ser conhecida por suas práticas de mutilação de civis e seus ataques constantes a patrimônios locais. Seus ataques foram desencadeados contra as

¹⁶ Rodésia foi o nome adotado a um país africano durante sua colonização britânica em 1970. Em abril de 1980, o país se tornou independente com o nome de Zimbábue, como é atualmente conhecido.

estradas, focando impedir o acesso de seus inimigos. Mas de fato, seu alvo principal era a população rural. A Renamo atacou também, aldeias comunais e cooperativas, infra-estruturas sociais como hospitais, escolas, edifícios governamentais e as instalações da economia rural, como os edifícios e armazéns das plantações.

No auge da Guerra Civil, em 1984, a Frelimo tentou acabar com a guerra, assinando com o governo da África do Sul, o pacto Nkomati de não agressão. Este pacto ocorreu em 1984 na cidade de mesmo nome, localizada na África do sul. Foi realizado pelo governo de Moçambique e o governo da África do Sul, com o objetivo de instituir a boa vizinhança e assegurar a não agressão. No pacto, a África do Sul afirmou que pararia de ajudar a Renamo com armamentos e mediou várias negociações entre a Frelimo e a Renamo. Entretanto, as negociações não foram traduzidas em ações práticas, pois o acordo Nkomati não apresentou nenhuma influência na guerra. Tinha-se sustentado que o principal resultado do Nkomati era tornar Moçambique mais uma vez economicamente dependente da África do Sul, como na época colonial. Parece que depois do Nkomati, o apoio a Renamo deixou de constituir a política oficial sul-africana. No entanto, determinadas organizações de serviços de segurança continuaram a dar-lhe apoio e o governo nada fez para evitar que isso sucedesse.¹⁷ A Renamo continuou a massacrar civis e a destruir alvos militares. Apesar de sua expansão por quase todo o país e seu sucesso em suas operações militares, teve dificuldade em manter seu êxito por muito tempo. Esse enfraquecimento passou a ocorrer em 1985, após a captura de alguns de seus generais. A Renamo sofreu algumas derrotas significativas e verificou-se um regresso em massa dos refugiados às suas aldeias na parte central de Moçambique.

Apesar de estar muito instalada em Moçambique, a Renamo cada vez menos tinha ajuda e apoio de organizações externas e em 1986, pela primeira vez teve que criar formas de existência e sobrevivência dentro do seu país. Em 1987, o presidente moçambicano, Samora Machel foi morto em um misterioso acidente de avião. Joaquim Chissano se tornou o segundo presidente de Moçambique, dando continuidade aos esforços de desenvolvimento, iniciado por Machel antes de morrer. Presidente de Moçambique nas primeiras eleições democráticas

¹⁷ Cf. Malyn Newitt. *História de Moçambique*. Lisboa: Europa-América, 1997, p. 486.

realizadas no país após o fim da guerra civil, em 1994, Chissano ficou no poder durante 19 anos, de 1986 a 2005. Reestruturou as políticas econômicas, estrangeiras e de direitos humanos do país. Foi dada mais ênfase à iniciativa privada e a intervenção do estado foi drasticamente reduzida. Os indicadores econômicos registraram algumas melhorias, embora a liberalização dos preços tenha provocado um aumento brutal da inflação.

Este período de recuperação econômica deu a Moçambique mais credibilidade aos olhos dos principais credores e, desta forma, o governo conseguiu novas linhas de crédito e a negociação da dívida externa. Essas mudanças conduziram às negociações de paz, que se iniciariam em 1990.

Em abril de 1988, o Departamento de Estado dos Estados Unidos publicou um relato de como a Renamo tratava os civis de Moçambique.¹⁸ Neste relato, Robert Gersony, especialista em assuntos de refugiados, acusava os rebeldes da Renamo de terem assassinado ao menos 100.000 civis durante a guerra. Ele acrescenta ainda, que somente poucos ataques militares contra civis em Moçambique poderiam ter sido atribuídos ao exército governamental. O relato mostra detalhadamente o horror de muitos dos métodos militares da Renamo, além dos abusos aos direitos humanos. Porém, minimiza os abusos da Frelimo, como se suas ações fossem somente para defesa. Todavia, a Frelimo também atacou mais que apenas lugares e pessoas. Sua ação foi bastante estratégica, focando acabar com a vida produtiva nos aldeamentos estratégicos. Minas antipessoal foram disseminadas em volta dos aldeamentos, para impedir que a população neles alocada conseguisse se deslocar em busca de água e mantimentos.

¹⁸ Cf. Robert Gersony. *Mozambique Refugee Accounts of Principally Conflict Related Experiences in Mozambique*. Washington: Departamento de Estado dos Estados Unidos, 1988.

1.3 As Negociações de Paz:

Ao final dos anos 80 já estava claro que não poderia haver uma solução militar para a guerra. O então presidente de Moçambique, Chissano foi ao encontro do presidente sul-africano, Botha, para assegurar o cumprimento do acordo de Nkomati. Botha era também conhecido como *Die Groot Krokodil* (O grande crocodilo em *Africâner*) e foi primeiro ministro da África do Sul de 1978 a 1984 e o primeiro presidente do país de 1984 a 1989. Chissano até deu aos superiores religiosos permissão para contato direto com os líderes da Renamo, ocorrendo em fevereiro de 1989 a ‘quebra de gelo’ entre os membros da igreja. Após o encontro, os membros da igreja levaram a Maputo, capital e também maior cidade de Moçambique, localizada ao sul do país, a mensagem de que a Renamo também estava cansada da guerra e que as negociações de paz eram possíveis.

Neste contexto, começaram os contatos indiretos entre os eclesiásticos e a Renamo, em Nairobi. Os presidentes do Quênia, Daniel Arap Moi e do Zimbábue, Robert Mugabe foram apontados como mediadores dessas negociações de paz, que não foram bem sucedidas. As negociações começaram em Roma, em julho de 1990 mediadas pela Comunidade Católica de San’t Egídio. Após cinco rodadas de negociação, o cessar-fogo provisório foi alcançado em dezembro de 1990. Uma Comissão Mista de Verificação (JVC - *Joint Venture Commission*), com representantes de oito países foi estabelecida para fiscalizar o cumprimento do cessar-fogo. Todavia, em janeiro de 1991 a Renamo descumpriu o cessar-fogo ao atacar os corredores do Limpopo, voltando o processo de paz ao zero. O Limpopo é o segundo maior rio da África Austral e serve de fronteira entre a África do Sul, Botsuana, Zimbábue e Moçambique.

No período de 1991 a 1992, Moçambique enfrentou uma crise de falta de alimentos, que espalhou a fome por todo país. Isso fez o processo de paz voltar a ser uma questão de necessidade, pois sem ajuda de outros países a população não conseguiria sair da situação

emergencial em que se encontrava. Além disso, com as dificuldades climáticas enfrentadas por conta da forte seca, a Renamo passou a ter dificuldade em sua busca por comida e passou a atacar constantemente os centros urbanos de Moçambique. Em janeiro de 1992 ocorreram 71 ataques somente em Maputo, em sua maioria visando conseguir comida e suprimentos.

Considerando a situação em que o país se encontrava, os fatores climáticos desfavoráveis enfrentados e a forte crise de fome, a paz passou a ser o maior atrativo e talvez a única saída da Renamo. As negociações entre a Frelimo e a Renamo seguiram constantes enquanto a guerra continuava. Após doze rodadas de negociação, o cessar-fogo foi então assinado em Roma, no dia 4 de outubro de 1992 entre o presidente Joaquim Chissano e o líder da Renamo, Afonso Dhlakama.

O acordo de Roma veio pôr fim a 16 anos de guerra civil que levou à destruição parcial do país. Foram também marcadas em Roma as eleições presidenciais para 1993, que só se realizaram em 1994 por razões de algum desentendimento ideológico entre os partidos. De seguida foi todo um processo de paz que levou à desmobilização das tropas guerrilheiras e parte das tropas governamentais. Começou assim o processo de desminagem do território nacional.

Com o Acordo Geral de Paz (GPA – *General Peace Accord*), as tropas da Renamo se juntaram ao governo de Moçambique e formaram um forte exército único de 30.000 soldados. Em seguida, ficou estabelecido que uma operação das Nações Unidas seria enviada a Moçambique para acompanhar este período de transição do país. A ONUMOZ, como foi chamada a operação das Nações Unidas em Moçambique, foi criada para ajudar na implementação do Acordo de Paz assinado pelo presidente da República de Moçambique e o presidente da Resistência Nacional Moçambicana após o fim da guerra civil. Esta operação tinha como funções a facilitação da execução do acordo; o monitoramento do cessar-fogo e da retirada de forças externas; fornecimento de segurança nas fronteiras; fornecimento de assistência técnica e acompanhamento de todo o processo eleitoral. Além de coordenar também, todo o processo de desminagem do país, devido à herança de minas terrestres deixada pelo período de guerra. Porém, o programa inicial de retirada das minas não teve sucesso, pois a operação não era capacitada e

pouco sabia sobre desminagem. Para tentar reverter essa situação, a ONUMOZ se comprometeu a utilizar novos recursos e investir na capacitação de sua equipe.

Os esforços em prol da independência contra Portugal surgiram nos anos 60 e conflitos na região foram ininterruptos até outubro de 1992, quando foi assinado o cessar-fogo após a guerra civil. Nestes 30 anos em guerra, as minas terrestres foram responsáveis por mais de 10.000 pessoas amputadas e inúmeras mortes. No próximo capítulo essa questão será discutida mais detalhadamente, já que as minas terrestres continuam sendo um dos maiores obstáculos na reconstrução e no desenvolvimento do país no período pós-guerra.

Após o estabelecimento do acordo de paz, ao final da prolongada guerra civil, foram realizadas as primeiras eleições multipartidárias de Moçambique em 1994, em que Chissano se saiu vitorioso sobre Dhlakama. As eleições de 1994 conduziram o país à sua fase atual, que se caracteriza por possuir um governo estável e uma economia que busca o crescimento e o desenvolvimento.

Em 1995, Moçambique tornou-se membro da *Commonwealth* (Comunidade das Nações), associação de territórios autônomos, mas dependentes do Reino Unido, criada em 1931, e formada atualmente por 53 nações, a maioria das quais independentes, mas incluindo algumas que ainda mantêm laços políticos com a antiga potência colonial britânica. A maioria dos membros da *Commonwealth* são antigas colônias do Reino Unido, com a exceção notável de Moçambique, antiga colônia portuguesa que acedeu a associação em 1995, com o apoio dos seus vizinhos, que eram antigas colônias britânicas (o Zimbábue saiu da *Commonwealth* em 2004). A *Commonwealth* tem historicamente por objetivo promover a integração entre as ex-colônias do Reino Unido, concedendo benefícios e facilidades comerciais, mas agora os seus objetivos incluem a assistência educacional aos seus países membros e a harmonização das suas políticas.

Moçambique é atualmente uma República Presidencialista, em que o governo é indicado pelo partido político com maioria parlamentar. As eleições são realizadas a cada cinco anos e o atual presidente é Armando Emílio Guebuza, que foi um revolucionário da Frelimo

nomeado secretário para educação e cultura em 1996. Membro do Comitê Central da Frelimo foi nomeado Ministro do Interior no primeiro governo de Moçambique após a independência. Em 1977 foi nomeado vice-ministro da defesa nacional e, em 1984, ministro da presidência. Em 2002 foi eleito Secretário Geral da Frelimo, em 2004, presidente da República e, em 2005, presidente do partido.¹⁹

A economia de Moçambique é atualmente baseada na agricultura. Cerca de 45% do território moçambicano tem potencial agrícola, todavia, 80% é de subsistência. A reconstrução da economia após o fim da guerra civil em 1992 é dificultada pela existência de minas terrestres não desativadas existentes no país, e também pelas enchentes de 2000.²⁰

As minas, em particular as antipessoal, constituem não apenas um perigo para a vida das pessoas e animais, como também são um fator impeditivo da livre circulação de pessoas e bens, além de dificultarem a reconstrução nacional no pós-guerra. O Governo da República de Moçambique criou a Comissão Nacional de Desminagem,²¹ com o objetivo não somente de gestão do processo de desminagem, como também de regulamentar a sua organização e execução.

A política e estratégia de desminagem significam a concentração de esforços intersetoriais, centralmente coordenadas pelo órgão de direção deste processo e ainda a facilitação da assistência às vítimas das minas terrestres. O Governo de Moçambique, consciente da sua responsabilidade em implementar princípios e normas que conduzam ao combate do flagelo de minas terrestres no país e conseqüentemente, à segurança de pessoas e bens, tem por objetivo final e principal, o desenvolvimento sócio-econômico do país.

¹⁹ Cf. MOÇAMBIQUE. *O presidente*. Disponível em <<http://www.presidencia.gov.mz/>>. Acesso em: 15 set. 2008.

²⁰ Segundo o Instituto Nacional de Gestão de Calamidades de Moçambique (INGC), as enchentes no final do ano 2000 mataram mais de 700 pessoas e desabrigaram aproximadamente 500.000 mil pessoas.

²¹ Cf. IND. Disponível em <<http://www.ind.gov.mz/>>. Acesso em: 12 ago. 2008.

2º CAPÍTULO - A PROBLEMÁTICA DAS MINAS TERRESTRES

As minas terrestres são utilizadas há mais de cem anos, embora a intensa utilização desse artifício tenha sido a partir da Segunda Guerra Mundial (1939-1945). Anteriormente a este período, militares consideravam minas terrestres como armas utilizadas por covardes, mas sua utilização aumentou consideravelmente nas décadas de 60, 70 e 80. Isso ocorreu porque as minas são objetos de baixo custo de produção, o que as torna muito baratas. É possível comprar uma mina terrestre por meros US\$ 5,00. Além disso, são armas difíceis de serem detectadas, o que as torna ainda mais perigosas. Por esses fatores, minas terrestres passaram a ser uma ferramenta de interesse estratégico para os militares durante o século XX e por isso foram utilizadas em quase todos os conflitos militares desde o final da Segunda Guerra Mundial.²²

Outro fator que faz das minas terrestres uma arma prática em conflitos é que uma vez disseminadas, o campo minado não precisa de manutenção e as minas permanecem operáveis durante anos ou até mesmo décadas. Essa é uma característica que torna as minas antipessoal uma ameaça contínua aos civis, não apenas durante os conflitos, como também após seus términos. Diferentemente de outras armas, as minas terrestres não escolhem seus alvos. Em sua maioria, são simples dispositivos que explodem quando pressionadas. Não sendo assim capazes de distinguir um soldado inimigo tentando desarmá-la, de uma criança analisando um objeto de formato estranho.

As minas terrestres são encontradas em vários tamanhos e formatos, mas são basicamente divididas em dois tipos, antitanque e antipessoal. As minas antipessoal, que serão neste texto abordadas, podem ser de explosão ou de fragmentação. A primeira funciona

²² Cf. Bryan McDonald. *Landmines and human security: international politics and war's hidden legacy*. New York: SUNY, 2004, pp. 22-23.

simplesmente explodindo e arrancando partes do corpo de quem as acionou e a segunda, como o nome já diz, funciona como uma grande granada, que se fragmenta e joga estilhaços por uma ampla área. Existem vários métodos de disparo de uma mina, e os mais comuns são pressionando-as com o pé ou simplesmente tocando os arames que as detonam. As minas antitanque são utilizadas para explodir trilhos onde passam veículos pesados, pois somente disparam com a pressão de muito peso. Felizmente, existem poucas minas deste tipo em Moçambique, fazendo com que estas não sejam consideradas um grande problema na região. O grande obstáculo é realmente a retirada das minas antipessoal, que existem em grande quantidade, e estão espalhadas por todo território moçambicano.²³

As minas terrestres antipessoal causam, todos os anos, um número impressionante de vítimas, e são freqüentemente os países mais pobres os mais atingidos. As minas antipessoal não distinguem soldados de civis, explodindo amiúde em zonas nas quais a população civil procura se recuperar de um conflito armado. Se não forem retiradas ou neutralizadas constituirão uma ameaça permanente durante longos anos. A cada ano que passa, as estimativas apontam para um número global de novas vítimas de minas terrestres que oscila entre 15.000 e 20.000 pessoas.²⁴ Destas, um grande número são civis e, nomeadamente, crianças. As minas não são apenas responsáveis pela perda da vida de algumas pessoas e por mutilações atrozes, como também constituem igualmente um obstáculo à recuperação econômica e social dos países que foram palco de conflitos ou de guerras civis.

Atualmente, oitenta e oito Estados estão afetados, em escala diferente, por minas e engenhos explosivos / munições por explodir. Dos países afetados por minas, trinta e três são Partes ao Tratado de Proibição de Minas e 18 mais são Signatários. Adicionalmente, o *Landmine Monitor* levou a cabo investigações em territórios que não são internacionalmente reconhecidos como Estados, mas que estão também afetados por minas e engenhos explosivos.²⁵

²³ Cf. Bill Purves. *Living with landmines: from international treaty to reality*. Montreal: Black Rose Books, 2001, pp. 15-16.

²⁴ Cf. Parlamento Europeu. Disponível em: <<http://www.europarl.europa.eu/highlights/pt/608.html>>. Acesso em: 22 set. 2008.

²⁵ Cf. ICBL, *Landmine Monitor*. Disponível em: <<http://www.icbl.org/lm/2000/exec/pt/3.php3>>. Acesso em: 19 set. 2008.

Moçambique, assim como outros países, teve seu território contaminado por minas terrestres em seu período de conflitos. O país até hoje sofre as consequências resultantes das minas disseminadas. Estima-se que Moçambique tenha entre dois e três milhões de minas espalhadas ao longo do território.²⁶ Esse número é apenas uma estimativa das Nações Unidas, que não necessariamente corresponde à realidade. O fato é que existe uma quantidade significativa de minas antipessoal espalhadas por todo o país, causando muito prejuízo à população e provocando medo principalmente na população rural. Além disso, as minas terrestres disseminadas no país não foram mapeadas e as áreas de contaminação tampouco marcadas. Entre 1997 e 2000, centenas de acidentes foram causados por minas terrestres e outros explosivos não-detonados, resultando em 801 vítimas.²⁷

A contaminação das grandes áreas de Moçambique por minas e engenhos explosivos não-detonados (UXO – *Unexploded Ordnance*) foi resultado da recente guerra de 30 anos, iniciada em 1964 com luta pela independência das regras coloniais de Portugal. Durante a guerra da independência, as tropas portuguesas deixaram barreiras de campos minados para tentar impedir a infiltração das bases na Tanzânia, as forças da Rodésia disseminaram minas nas fronteiras com Moçambique para intimidar a invasão militar e a Frelimo minou estradas e caminhos para inibir o movimento das tropas. Desde 1964 até a sua independência em 1975, minas terrestres foram constantemente utilizadas por todas as partes envolvidas nos conflitos.

As forças portuguesas utilizaram as minas terrestres na guerra contra a independência de Moçambique. As minas eram disseminadas para proteger a economia e as instalações estratégicas, e também para conter rebeliões. Os sul-africanos e rodesianos também implantaram minas em suas passagens de fronteiras. As tropas da Tanzânia criaram campos minados de defesa em volta de suas bases na província de Zambézia. As forças regulares do Zimbábue minaram os corredores de transporte dos rios Beira e Limpopo.

²⁶ Cf. Secretário Geral das Nações Unidas. *Report of the Secretary-General on Assistance in Mine Clearance*. 1995. Disponível em: <http://www.mineaction.org/un_mine_action/_refdocs.cfm?doc_ID=287>. Acesso em: 23 set. 2008.

²⁷ Cf. Carlos dos Santos. *Landmines and human Security: international politics and war's hidden legacy*. New York: SUNY, 2004, p. 98.

As minas foram estrategicamente utilizadas principalmente para dificultar acesso a áreas de interesse. Também a Frelimo e a Renamo nos anos 80 e 90, espalharam minas terrestres aleatoriamente. Em outros casos, ficou explícito que a utilização das minas por esses partidos focava aterrorizar comunidades civis e impedir o acesso desses cidadãos ao buscarem suas necessidades básicas, como fontes de água e locais de pesca, dentre outros. Segundo o *Human Rights Watch*, nas províncias do sul de Moçambique, a Renamo foi basicamente responsável pela disseminação de minas terrestres, especialmente para desencorajar a volta ou até mesmo impedir o retorno dos refugiados a suas casas.²⁸

A guerra da Renamo contra o Governo estourou devido à ocupação das tropas do governo nas cidades, em momento de instabilidade econômica do país. Como parte de sua campanha contra o governo, a Renamo utilizou minas terrestres ostensivamente. Os militares oficiais da Rodésia começaram a treinar os combatentes da Renamo em como utilizar as minas terrestres. O maior objetivo da utilização das minas até então era obstruir caminhos e vias utilizadas por seus inimigos, dificultando o acesso às rotas principais, vias de abastecimento e até mesmo caminhos rurais de desvio. Emboscadas com minas terrestres também eram armadas pela Renamo para atacar os inimigos de surpresa.

As forças do governo começaram a utilizar as minas terrestres para proteger as fronteiras do país, contra a invasão militar dos rodesianos. Muitos técnicos do governo haviam recebido treinamento em assentamento de minas alguns anos antes, quando treinaram como guerrilhas nacionalistas na Tanzânia e na China. Assim, podemos dizer que inicialmente, o governo moçambicano disseminou as minas terrestres como forma de proteger instalações importantes e locais estratégicos.

No começo dos anos 80, a Frelimo também disseminou uma grande quantidade de minas terrestres. Foram criados campos minados defensivos situados na fronteira com a África do Sul para evitar ataques. Além disso, soldados do governo colocavam minas espalhadas ao

²⁸ Cf. HRW, *Landmines in Mozambique*. Nova York: Human Rights Watch, 1994, pp. 29-30.

redor de seus acampamentos quando iam dormir para se protegerem, e essas minas eram deixadas para trás quando seguiam suas viagens, tornando-se assim mais um perigo para os civis.

Depois da independência de Moçambique em 1975, o conflito continuou entre o governo da Frelimo e da Renamo, que era apoiado pelo vizinho, agora Zimbábue. A Frelimo usou minas intensivamente para proteger a infra-estrutura econômica e a Renamo as usou para interditar estradas e rotas de suprimento. Desde 1979, a África do Sul apoiou a Renamo, e a escalada do conflito foi até o início das negociações de paz que conduziu ao acordo de paz de Roma assinado em 1992.

Assim, fica evidente que a disseminação das minas terrestres em Moçambique não possui apenas um agente, mas vários. Praticamente todos os envolvidos nesses 30 anos de guerra no país utilizaram as minas terrestres como táticas de ataque e principalmente de defesa. Não se sabe exatamente a verdadeira extensão que a problemática das minas atinge em Moçambique, mas a maioria dos levantamentos feitos até hoje, aponta a questão como bastante preocupante, por atingir áreas distintas em todo o país. A estimativa mais alta da quantidade de minas alocadas em Moçambique foi a relatada pelas Nações Unidas, que relatou existirem aproximadamente dois milhões de minas terrestres espalhadas por todo país.²⁹

Inúmeras estimativas foram apresentadas relatando a quantidade de minas espalhadas em Moçambique, porém nenhuma apresentou bases fundamentadas para serem, de fato, consideradas verídicas. O *Human Rights Watch* afirmou não ter sido capaz de apresentar uma avaliação exata da quantidade de minas existentes em Moçambique no pós-guerra.³⁰ Mas acredita que o total apresentado pelas Nações Unidas foi uma estimativa excedente à real quantidade de minas existentes. “É aceitável que nossas estimativas iniciais tenham sido um pouco pessimistas, porém, Moçambique apresenta um sério problema de minas terrestres e temos o interesse em melhorar essa situação”,³¹ afirmou Patrick Blagden, especialista em minas

²⁹ Essa estimativa foi apresentada pelas Nações Unidas em dezembro de 1992.

³⁰ Cf. Human Rights Watch Arms Project. *Still killing: landmines in Southern Africa*. New York, 1997, p. 73.

³¹ Cf. Patrick Blagden, em entrevista telefônica realizada pelo Human Rights Watch em Nova York, no dia 26 de Julho de 1993.

terrestres das Nações Unidas. Todavia, a quantidade de minas terrestres em Moçambique não é de fato, o que importa e sim seu impacto no país. É a causa da morte diária de civis inocentes e também um fator crucial na dificuldade da reconstrução do país após tantos anos de guerra.

O impacto humano, econômico e social causado pelas minas foi grande. Existe uma estimativa de 8.000 pessoas amputadas, que passaram pelos hospitais e receberam alguma forma de tratamento médico. Todavia, nem o governo e tampouco a Renamo possuem dados concretos do número de pessoas mortas e feridas por minas terrestres. Apesar da grande quantidade de acidentes causados, pouco foi feito para alertar os civis da existência dessas minas. A *Halo Trust*,³² ong inglesa que atua na retirada de escombros de guerra e desminagem, também publicou um levantamento de vítimas de minas terrestres em Moçambique, em o outubro de 1993, baseado em 3.400 casos de mortos e feridos registrados pelo Ministério da Saúde, em Maputo.

Segundo o Monitor de Minas Terrestres, publicado em 2005, a pesquisa sobre o impacto das minas terrestres completada em agosto de 2001 encontrou minas localizadas em todas as 10 províncias de Moçambique e em 123 dos 128 distritos. A pesquisa identificou 1.374 áreas minadas suspeitas, afetando 1.488.998 milhões de pessoas em um total de 791 comunidades. A pesquisa marcou apenas 20 comunidades com uma população combinada de 36.254 mil pessoas como de alto impacto. 164 comunidades com uma população de 393.406 mil pessoas foram marcadas como de médio impacto, e as demais 607 comunidades com uma população de mais de 1.058.930 milhões de pessoas, marcadas como de baixo impacto.³³

Essa pesquisa também causou controvérsia na comunidade de ação contra minas, por produzir uma estimativa de áreas afetadas que os operadores consideravam muito exagerada e também por deixarem de fora outras áreas importantes. Estimativas mais recentes,

³² *Halo Trust* é uma ong inglesa, sem caráter político e religioso e sem fins lucrativos, especializada na retirada de escombros resultantes de guerras. Já retirou um total de 7.000 minas em nove diferentes países e continua inspecionando outras regiões. É uma das ong's mais atuantes no processo de desminagem em Moçambique.

³³ Cf. *Monitor de Minas Terrestres 2005*: Angola, Guiné-Bissau e Moçambique / organização, Gustavo Oliveira Vieira e Cristian Ricardo Wittmann, Santa Cruz do Sul: Garten Sul, 2006, p. 76.

produzidas pelo Instituto Nacional de Desminagem (IND), levando em conta antigas pesquisas, reduzem o número de áreas minadas para 451, afetando 204 comunidades com uma população total de 806.000 mil pessoas e cobrindo 171.9 quilômetros quadrados de área.³⁴

Uma revisão na ação contra minas em Moçambique, realizada pela *Geneva International Centre for Humanitarian Demining* (GICHD) em 2005, concluiu que a “contaminação de minas terrestres está menos longe de ser uma emergência humanitária que um muito real constrangimento em desenvolvimento”.³⁵

É interessante observar que Moçambique não produziu minas antipessoal. Durante a guerra civil, as minas eram importadas de vários países e usadas pelas diferentes partes do conflito, conforme já mencionado. Houve apenas pequenos números de isoladas instâncias do uso de minas antipessoal desde o fim do conflito em 1992.

As vítimas de minas terrestres em Moçambique muitas vezes não são amparadas, pois o país apresenta um sistema precário de hospitais, tratamentos de emergência, reabilitação física e social. A responsabilidade pela assistência aos sobreviventes de minas é compartilhada pelo Ministério da Saúde (MISAU) e o Ministério para as Mulheres e Ação Social (MMAS) de Moçambique. Todavia, com os danos sofridos durante os quase 30 anos de conflitos armados, a infra-estrutura de atendimento à saúde no país ainda é muito precária. Falta ajuda para primeiros socorros e não há mecanismos para se arranjar tratamento ou transporte às instalações de saúde mais próximas. Vítimas de minas são normalmente assistidas por parentes e outros membros da comunidade e transportadas por bicicletas, burros ou outros meios aos hospitais mais próximos. A viagem comum leva aproximadamente oito horas. Existem somente dez hospitais capazes de prover assistência às vítimas de minas em todo o país, um em cada província. Porém, mesmo com essa pequena capacidade, a ação não é realizada, pois ainda faltam cirurgiões treinados e equipamentos médicos necessários.

³⁴ Cf. IND, *Relatório Anual do Programa de Ação Contra Minas 2004*. 2005, p. 2. Disponível em: <<http://www.ind.gov.mz/source/rel2005.pdf>>. Acesso em: 27 ago. 2008.

³⁵ Cf. *Monitor de Minas Terrestres 2005: Angola, Guiné-Bissau e Moçambique* / organização, Gustavo Oliveira Vieira e Cristian Ricardo Wittmann, Santa Cruz do Sul: Garten Sul, 2006, p. 76.

Desde 2001, a Organização Mundial da Saúde (OMS) proveu apoio técnico ao MISAU e ao MMAS para fortalecer a capacidade de responder às vítimas de violência e ferimentos traumáticos, incluindo vítimas de minas terrestres. Além disso, Moçambique precisa contar com a cooperação internacional e a atuação de ong's para tentar assistir a suas vítimas. A Agência Norte-Americana para o Desenvolvimento Internacional (USAID), doou ao Ministério da Saúde de Moçambique U\$ 5,5 milhões de dólares, entre 1989-1993 para investir em próteses de braços e pernas amputados. As organizações *Power* e *Handicap International* também ofereceram tratamentos e próteses a algumas vítimas. O Comitê Internacional da Cruz Vermelha (ICRC – *International Committee of the Red Cross*) também atua com um programa ortopédico em Moçambique. Além de ajudar com o fornecimento de remédios e tratamentos, as ong's também atuam com projetos de conscientização e informação da população sobre o risco das minas terrestres.

A educação sobre o risco de minas no país é de responsabilidade do Instituto Nacional de Desminagem (IND), que será em seguida explicado. O principal alvo desta educação são as crianças e também aqueles em posição de influenciar quem possa transmitir mensagens desse risco. Todavia, até o início de 2004 nenhuma atividade de educação sobre o risco de minas havia sido realizada no país, devido aos recursos limitados que o mesmo possui. E para isso, foi necessário buscar financiamentos e assistência através de doadores internacionais. Segundo o Monitor de Minas Terrestres de 2005, as informações de financiamento providas por doadores indicam que, em 2004, 14 países e a Comissão Europeia (CE) contribuíram U\$ 11.950.730 milhões de dólares para ações contra minas em Moçambique.³⁶

O programa de ação contra minas está sob supervisão geral do Ministério dos Negócios Estrangeiros de Moçambique, que criou o Instituto Nacional de Desminagem (IND) em 1999, substituindo a Comissão Nacional de Desminagem, criada em 1995, sendo o primeiro instrumento criado pelo governo para definir políticas, estratégias, organização e coordenação de atividades de desminagem no país. Os efeitos benéficos da remoção de minas terrestres e a

³⁶ Cf. Monitor de minas terrestres 2005, *op. cit.*, pp. 86-87.

necessidade de atribuir mais seriedade e estabilidade na conduta do processo de desminagem conduziram o governo a criar uma nova instituição, que envolveria as instituições do Estado, juntamente com instituições da sociedade civil e os parceiros de cooperação no processo de erradicação das minas. O IND é uma instituição pública dotada de personalidade jurídica e autonomias técnica, administrativa e financeira. Compete a este instituto propor a aprovação do governo de políticas, estratégias, prioridades e planos de desminagem, assim como a direção, coordenação e controle global das ações sobre minas em Moçambique.³⁷

A política e estratégia de desminagem significam a concentração de esforços intersetoriais, centralmente coordenadas pelo órgão de direção deste processo, que sabemos neste caso ser o IND. Além de facilitar a assistência às vítimas das minas terrestres. O governo de Moçambique, consciente de sua responsabilidade em desenvolver princípios e normas que conduzam ao combate dos resquícios de minas terrestres no país e conseqüentemente, à segurança de pessoas e bens, tendo por objetivo final, o desenvolvimento socioeconômico do país, adota as normas da Convenção de Ottawa de 1997 sobre o banimento e uso de minas antipessoal.³⁸

A Convenção de Ottawa de 1997, sobre a Proibição do Uso, Armazenamento, Produção e Transferência de Minas Antipessoal e sobre sua Destruição, também conhecido como Tratado de Ottawa é uma resposta internacional ao sofrimento generalizado causado pelas minas antipessoal. Foi estabelecido através de constantes esforços de grupos de diferentes países que se preocupavam com os impactos causados pela utilização das minas terrestres. E representou um momento de revolução no desenvolvimento de uma sociedade global. Esta convenção está baseada em regras de Direito Internacional Humanitário, aplicáveis a todos os Estados. Tais regras proíbem o uso de armas, que pela sua natureza não discriminem entre civis e combatentes ou causem sofrimentos desnecessários ou ferimentos supérfluos.

³⁷ Cf. IND. *Estatuto do Instituto Nacional de Desminagem* – Decreto nº 37/99 de 10 de Junho. Disponível em: <<http://www.ind.gov.mz/politica.htm>>. Acesso em: 25 ago. 2008.

³⁸ Cf. IND. *Política e Estratégia de Desminagem* – Resolução nº 17/99 de 10 de Junho. Disponível em: <<http://www.ind.gov.mz/politica.htm>>. Acesso em: 25 ago. 2008.

Em outubro de 1992, iniciou uma Campanha Internacional pelo Banimento de Minas Terrestres (ICBL). Sua sigla em inglês significa *International Campaign to Ban Landmines*,³⁹ através de uma colisão de seis organizações não-governamentais: *Handicap International*, *Human Rights Watch*, Médico Internacional, *Mines Advisory Group*, *Physicians for Human Rights* e *Vietnam Veterans of America Foundation*, que testemunharam em primeira mão os efeitos nefastos das minas terrestres em comunidades da África, Ásia, Oriente Médio e América Latina. Desde o início de suas atividades, a ICBL, juntamente com as seis organizações fundadoras, foi responsável pela junção de uma vasta gama de perícia e experiência no campo de impacto de minas terrestres sobre a vida e a sobrevivência das comunidades civis. Desde então, a campanha cresceu e se espalhou de modo a se tornar uma rede de mais de 1.400 grupos, em mais de 90 países, trabalhando tanto em nível local quanto nacional e internacionalmente para a erradicação das minas terrestres antipessoal. A ICBL monitora a situação das minas no mundo através de uma rede de pesquisadores que produzem o *Landmine Monitor Report*, relatório que monitora as minas terrestres, e também conduz atividades jurídicas e de lobby para a universalização e implementação plena do Tratado de Ottawa. Além disso, são atividades da ICBL: ações humanitárias focadas nas necessidades das comunidades afetadas por minas; suporte aos sobreviventes de minas terrestres, bem como à suas famílias e comunidades; e a erradicação de produção, uso e transporte de minas terrestres, incluindo grupos armados não-estatais.⁴⁰

Em 03 de dezembro de 1997, a Convenção para o banimento de minas terrestres foi aberta à assinatura em Ottawa e entrou em vigor em 1º de março de 1999,⁴¹ após cinco anos de trabalho dos ativistas contra a utilização de minas terrestres para atrair o interesse das pessoas e de organizações não-governamentais sobre o tema e, formar parcerias com oficiais do governo de diversos países. Em sua abertura 122 nações assinaram o acordo, que atualmente conta com 156 nações signatárias. O Brasil ratificou a convenção desde sua abertura. Desde então, mais de 30 milhões de minas foram destruídas pelos Estados signatários da Convenção. Além de contribuir para a problemática global das minas terrestres, o tratado para banimento das

³⁹A ICBL tem um Comitê de Gerenciamento, composto por quatro membros, e um Comitê de Aconselhamento, composto por 21 organizações-membro. Atualmente a ICBL possui quatro integrantes em Genebra (onde se situa o escritório oficial), além de integrantes em Paris e Roma.

⁴⁰Cf. ICBL. Disponível em: <<http://www.icbl.org/languages/pt/campanha>>. Acesso em: 08 set. 2008.

⁴¹Cf. ICRC Disponível em: <<http://www.icrc.org/Web/por/sitepor0.nsf/html/66MHBN>>. Acesso em: 05 ago. 2008.

minas é também significativa por representar um modelo de ação nas relações internacionais. Na sociedade globalizada atual, grupos de diferentes países, porém com mesmos interesses, unem-se para tentar influenciar o comportamento de outros Estados.⁴²

É curioso observar que 39 nações ainda não ratificaram o Tratado de Ottawa, entre elas China, Estados Unidos e Rússia, membros permanentes do Conselho de Segurança da Organização das Nações Unidas (ONU). Isso ocorre por serem alguns dos maiores produtores de minas antipessoal e deixarem claro que não tem interesse em deixar de produzi-las. Mesmo com os Estados Unidos e outras grandes potências se recusando a assinar o tratado, o esforço político transnacional da ICBL não pretende parar. Muitas organizações não governamentais (ONG's) em todo o mundo têm levado este tema a público para chamar a atenção daqueles que sequer sabem da existência de minas terrestres. Seja através de dados que mostrem a problemática das minas nos países afetados ou simplesmente argumentando de forma moral, economica e social a necessidade do banimento desses artifícios.

Em reconhecimento aos resultados obtidos pela campanha a favor do banimento das minas terrestres antipessoal, a ICBL ganhou o Prêmio Nobel da Paz em 1997, que foi recebido por sua então coordenadora, Jody Williams. A ICBL e sua rede flexível de organizações permanecem comprometidas com a erradicação de uso, produção, estocagem e transporte de minas terrestres antipessoal, bem como com o aumento de recursos internacionais para desminagem e programas de assistência a vítimas de minas.

Apesar de algumas potências terem recusado assinar o tratado de Ottawa, elas aparentam, em sua maioria, agir de acordo com seu regulamento. Os Estados Unidos, entretanto, segundo a ICBL, já indicaram sua intenção de produzir tipos de minas que são banidas na Convenção de Ottawa.⁴³ É apenas interessante mostrar, como este país gosta de fingir que tem sempre a melhor intenção, pelo menos em sua própria retórica. Em 19 de janeiro de 2001, o então

⁴² Cf. Bryan McDonald. *Landmines and Human Security. op. cit.*, p. 21.

⁴³ Cf. ICBL. Disponível em: <<http://portugues.icbl.org/exportadores.htm>>. Acesso em: 08 ago. 2008.

presidente Bill Clinton resumiu a posição dos Estados Unidos sobre as minas terrestres antipessoal como sendo:

Nosso objetivo tem sido acabar com a utilização de todas as minas antipessoal fora da Coreia até 2003, e nós temos a intenção de assinar a Convenção de Ottawa até 2006, se alternativas adequadas forem encontradas para nos permitir manter a capacidade de lutar em guerras e proteger nossos homens e mulheres fardados.⁴⁴

Pelo visto, nenhuma alternativa interessante foi encontrada, pois estamos em 2008 e o país ainda não ratificou o tratado. Felizmente, alguns outros países que eram os maiores produtores e exportadores de minas antipessoal no passado, são agora Estados Partes do Tratado de Proibição de Minas e deixaram de produzir e exportar estes artefatos. São eles: Bélgica, Bósnia Herzegovina (integrante da antiga Iugoslávia), Bulgária, República Checa, França, Hungria, Itália e o Reino Unido.⁴⁵

Segundo Bill Purves, a questão das minas em Moçambique é muito mais que um problema social, e sim uma questão de interesses de países que lucram com essa situação, pois além de receberem dinheiro com a produção de minas terrestres e sua venda, recebem também fundos para investirem em seus especialistas no processo de desminagem. Por esse fato, Purves alega que minas antipessoal precisam ser consideradas como uma categoria especial do direito internacional, assim como as armas químicas:

Não é porque alguém na Rússia, Itália, China ou Estados Unidos produz um artigo letal e vende por cinco dólares, que um exército sem recursos pode disseminá-lo em seus campos. Não é óbvio para vocês que os governos fabricantes de minas darão dinheiro de seus impostos para as Nações Unidas, para que a ONU possa contratar os especialistas dos próprios países fabricantes para retirar esses artigos espalhados por mais de mil dólares.⁴⁶

⁴⁴ Cf. Bill Clinton. *Final Statement on Landmines*. Washington: The White House, 2001. Disponível em: <http://humptydumpty.net/in_the_press./asp>. Acesso em: 23 set. 2008.

⁴⁵ Cf. ICBL. Disponível em: <<http://portugues.icbl.org/exportadores.htm>>. Acesso em: 11 ago. 2008.

⁴⁶ Cf. Bill Purves. *Living with landmines: from international treaty to reality*. Montreal: Black Rose Books, 200. p. xvii.

Visando acabar com as minas em Moçambique, o governo através do IND, desenvolveu em 2002, um Plano Nacional de Ação contra Minas que pretendia livrar o país desses engenhos explosivos até no máximo 2009, como previsto na Convenção de Ottawa. Com o término do período de execução do Plano, que seria 2002-2006, numa altura em que prevaleciam ainda áreas minadas em Moçambique, o governo em coordenação com os seus parceiros, elaborou o Plano Nacional de Ação contra Minas para o período 2008-2012. Com este plano, pretende-se que Moçambique esteja livre de minas e outros engenhos explosivos até o final de 2012. Este documento, baseado nos resultados das pesquisas realizadas em 2007, que apresentam a situação prevalente de minas em Moçambique, irá sustentar o pedido de extensão do prazo da convenção para Moçambique, de Março de 2009 para Março de 2014.

Uma revisão dos anos das ações contra minas em Moçambique identificou sérias deficiências no primeiro plano de ação estabelecido, devido à limitada habilidade para planejar e priorizar ações efetivas contra minas com o desenvolvimento nacional. Pouca educação sobre o risco de minas foi realizada em Moçambique por falta de fundos disponibilizados pelo governo. Além disso, o governo reconheceu que a assistência às vítimas é o ponto mais fraco desse programa de ação contra minas.

O novo Plano Nacional de Ação contra Minas (PNAM) 2008-2012 tem como objetivo assegurar que todas as áreas minadas sejam clarificadas e, reduzir o número de acidentes causados por minas e outros tipos de engenhos explosivos. É importante acrescentar, que o processo de desminagem é uma questão crucial nos esforços do governo de lutar contra a pobreza absoluta do país, reconhecendo que a existência de minas pode comprometer a implementação de programas e projetos de desenvolvimento nacional, tais como a construção de infra-estruturas socioeconômicas, como escolas, centros de saúde, fontes de água, estradas e pontes, linhas de transporte de energia elétrica, entre outros. Este programa é financiado principalmente pela comunidade internacional, cabendo ao Estado o financiamento das atividades do IND e a facilitação das importações de bens e equipamentos destinados a desminagem. No período compreendido entre 2002 e 2006, a comunidade internacional contribuiu com cerca de US\$ 70.6

milhões. Estes fundos foram na sua maioria enviados diretamente às organizações internacionais para a realização da desminagem humanitária. O Estado participou com um total de 452 milhões de meticais,⁴⁷ equivalente a US\$ 18 milhões.⁴⁸

Não adianta o governo moçambicano estabelecer programas de ação contra minas com prazo para erradicá-las e não fazer grande esforço para de fato, colocar os planos em prática. É muito cômodo adiar o prazo a cada cinco anos, criando um novo plano, com novas técnicas e novas metas, se a retirada das minas terrestres não é para o governo uma prioridade. O governo preza o crescimento econômico e o desenvolvimento do país e por isso talvez, acabe por deixar a questão das minas como secundária. Entretanto, se o país pretende se reconstruir e se desenvolver tem que começar pelas questões básicas de direitos humanos de sua população. Principalmente no que diz respeito à saúde e à educação.

Segundo o *Human Rights Watch*, qualquer utilização de minas antipessoal viola a lei dos direitos humanos, pois as minas são armas indiscriminadas, em que sua utilização fracassa o teste de proporcionalidade do direito humanitário pelo seguinte fato: o curto período de benefícios militares esta longe de valer mais que o longo período de conseqüências para as pessoas e o desenvolvimento do país. Habitualmente, o direito internacional humanitário determina que os partidos em conflito devem sempre distinguir os civis dos combatentes. A população não deve ser diretamente atacada nem receber ataques indiscriminadamente. Mesmo assim, em todas as guerras no sul da África, desde 1961, todos os diferentes grupos disseminaram minas terrestres, violando o direito internacional humanitário.⁴⁹ Contrariando, inclusive, a convenção sobre a proibição da utilização, armazenagem, produção e transferência de minas antipessoal e sobre a sua destruição, que entrou em vigor em 1 de março de 1999, e que decidiu por fim ao sofrimento e à perda de vidas humanas pelas minas antipessoal, que matam ou mutilam centenas de pessoas além de inibir o desenvolvimento econômico e a reconstrução do país no pós-guerra.

⁴⁷ O Metical (MT) é a moeda de Moçambique, que substituiu a moeda colonial, o Escudo de Moçambique, em junho de 1980. Sua cotação atual é de: 1USD = 26,70 MT.

⁴⁸ Cf. IND, *Plano Nacional de Ação Contra Minas 2008-2012*. Disponível em: <<http://www.ind.gov.mz/planoes2008-2012.html>>. Acesso em: 24 set. 2008.

⁴⁹ Cf. Human Rights Watch Arm Project, *Still killing: landmines in Southern Africa*. New York: HRW, 1997, p. 178.

3º CAPÍTULO - O PROCESSO DE DESMINAGEM E SUAS LIMITAÇÕES

Segundo Hans-Georg Gadamer, quem lê um texto, sempre realiza um projetar. Esse projetar advém dos preconceitos do leitor. Ao analisar textos é preciso tentar impedir que esses preconceitos se sobreponham às narrativas. Porém, conforme o autor, já que os preconceitos são inescapáveis, é preciso reconhecê-los para melhor controlá-los. Ou seja, para montar uma interpretação textual válida, que sempre retorna ao texto, o círculo hermenêutico entra em ação – do todo à parte, e da parte ao todo. A leitura cuidadosa do texto, seguindo os procedimentos gadamerianos, é capaz de promover a fusão de horizontes, entre leitor e texto, dentro da tradição.⁵⁰ Por isso, após um estudo de Gadamer, é possível elaborarmos uma análise dos relatórios documentais, tentando chegar a uma interpretação, a qual não se pretende definitiva, como faremos neste capítulo ao estudar os diferentes documentos e versões do processo de desminagem de Moçambique.

A desminagem em Moçambique desempenha um papel crucial na implementação do programa do governo moçambicano, cujos objetivos se situam na redução dos níveis de pobreza absoluta e na promoção do crescimento econômico rápido, sustentável e abrangente. Os principais objetivos do governo para a área de desminagem incluem a classificação das áreas minadas e a destruição das minas antipessoal ou engenhos não explodidos encontrados, a promoção de programas de assistência às vítimas de minas e de programas de educação para civis sobre o perigo das minas. Articulando esses objetivos, o plano econômico e social do governo preconizou a desminagem de objetos econômicos e sociais, tendo em vista a realização de programas e projetos de desenvolvimento, destacando as áreas de reassentamento das populações e de elevado potencial agro-pecuário, estradas, linhas férreas e de transmissão de

⁵⁰ Cf. Hans-Georg Gadamer. *Verdade e método I: traços fundamentais de uma hermenêutica filosófica*. Petrópolis: Vozes, 1997, pp. 354-405.

energia; e tendo também em vista a criação da capacidade nacional de desminagem, e também de coordenação e gestão do programa de desminagem no país.

O impacto socioeconômico que as minas antipessoal têm representado para a vida das populações e para a atividade econômica e social continua a ser dado pelos bloqueios em grande quantidade, que se observam principalmente nas zonas rurais. Com efeito, a situação de minas terrestres no país continua a mostrar sinais preocupantes. Ainda são bastante comuns os acidentes com minas e entre eles alguns resultando em fatalidade. Muitas áreas já identificadas ainda não passaram pelo processo de desminagem e algumas áreas ainda são desconhecidas quanto a essa questão, o que torna a situação das minas no país ainda mais preocupante.

O IND publica de tempos em tempos um relatório anual do programa de ação contra minas em Moçambique. O mais atualizado foi publicado em 2006 e cobre o conjunto das atividades realizadas a todos os níveis no contexto da execução do Programa de Ação sobre Minas (PAM) no país ao longo do ano de 2005. Metodologicamente, os principais comentários têm a ver com o processo de apuramento de dados sobre a desminagem. Dessa forma, o relatório é compilado a partir dos relatórios que os operadores de desminagem realizam regularmente ao IND sobre suas atividades. Outras informações fornecidas no relatório são compiladas a partir de documentos do Governo ou de documentos próprios do IND.

Segundo as principais vertentes do programa, o relatório estrutura-se em dois principais grupos. No primeiro grupo procura-se discutir o PAM em quatro capítulos, o primeiro abordando os impactos socioeconômicos atuais e prioridades, o segundo faz uma análise dos resultados atingidos no ano analisado, o terceiro aborda a questão dos acidentes com minas e assistência às vítimas e o quarto engloba a capacidade nacional de desminagem. No segundo grupo são discutidos outros desenvolvimentos divididos em dois capítulos, um abordando a ligação entre a desminagem e o Programa de Ação para o Alívio da Pobreza (PARPA), e o outro articula os principais desafios do programa de desminagem em Moçambique e suas conclusões.

O desenvolvimento de um plano de prioridades de desminagem foi gradualmente permitindo a redução das áreas identificadas pelas pesquisas, em resultado das atividades diretas de desminagem que foram sendo executadas no país. Assim, foram constituídas como prioridades, a clarificação das áreas de alto e médio impacto, a condução de atividades de pesquisas, e a implementação de programas de educação aos civis e assistência às vítimas de minas. Juntamente com as atividades de desminagem, foram também programadas atividades de remoção e destruição de engenhos não explodidos e de minas isoladas. De todas essas prioridades, as componentes de educação dos civis e de assistência às vítimas quase não tem sido de fato realizadas. Por outro lado, e no contexto dos esforços de desenvolvimento do país, foram implementados muitos projetos em vários campos de atividades econômicas e sociais, que requerem o envolvimento dos operadores comerciais de desminagem em trabalhos de pesquisa, tendo em vista a utilização segura da terra que pode ter sido contaminada por minas terrestres.

A desminagem é dividida em humanitária e comercial. A primeira é aquela que é conduzida pelas ONG's nacionais ou internacionais com acesso direto ao financiamento da comunidade internacional. Em suas atividades, essas entidades se guiam pelo caráter humanitário do trabalho que realizam. Por isso, normalmente, suas atividades não se baseiam em princípios econômicos e/ou comerciais tanto na sua organização como em sua forma de atuação. Dentre as organizações que atualmente operam no país de forma humanitária, podemos citar a Ajuda Popular da Noruega (APN), a *Apopo Vapour Detection Technology* (APOPO), a *Halo Trust* (HT), a *Handicap International* (HI), o Programa Acelerado de Desminagem (PAD), a *Ronco Consulting Corporation* (RONCO) e as Forças Armadas de Moçambique (FADM). Já a desminagem comercial é aquela que é conduzida seja por empresas, ou pelas ONG's normalmente nacionais, mediante contrato comercial estabelecido entre si e seus representantes legais. Realiza-se no quadro do desenvolvimento de projetos de desenvolvimento econômico e social. Existem no momento 17 operadores comerciais, sendo 10 empresas e sete ONG's nacionais.⁵¹

⁵¹ Cf. IND, *Relatório anual do programa de ação sobre minas 2005*, Maputo, 2006, pp. 04-11. Disponível em <<http://www.ind.gov.mz/source/rel2005.pdf>>. Acesso em: 10 out. 2008.

O processo de desminagem é realizado em algumas etapas. Inicialmente é feita uma pesquisa geral, que inclui pesquisas de impacto e pesquisas técnicas, que têm como o principal objetivo relatar a situação real da existência de minas terrestres em uma determinada área. Após o resultado dessas pesquisas é que serão adotadas medidas adequadas. A segunda etapa é a clarificação, que é a desminagem propriamente dita, em que os operadores irão às áreas previamente demarcadas para fazer a retiradas desses engenhos. Outra etapa realizada paralelamente à clarificação é a remoção e destruição dos engenhos não explodidos, que também é realizada pelos operadores humanitários.

Um fator extremamente importante no processo de desminagem é a educação da população civil sobre o perigo das minas. Fator que como já dito anteriormente não é tido como prioridade pelo governo de Moçambique, que pouco investe nessa questão, justificando a falta de recursos disponíveis e financiamentos satisfatórios como podemos ver no Relatório Anual do Programa de Ação contra Minas 2005:⁵²

As campanhas de educação cívica e de formação de agentes de sensibilização levadas a cabo em 2005 tiveram efeitos positivos, proporcionando às comunidades mais conhecimento sobre o perigo que as minas representam. Todavia, o incremento do número de acidentes e de vítimas registrados neste ano mostra a necessidade de se alargar e intensificar as ações de sensibilização da população, em particular aquela que vive em áreas suspeitas de estarem minadas de modo a reduzir o número de acidentes com engenhos explosivos. As áreas de educação cívica e de assistência às vítimas de minas continuam sendo as componentes mais fracas do programa. Não tem sido possível assegurar níveis satisfatórios de financiamento para a cobertura destas áreas, não obstante o imenso esforço até aqui empreendido nesse sentido.⁵³

Logicamente, o governo jamais se responsabilizaria por uma falha em um ponto tão importante no processo de desminagem e, por isso, reconhece esta falha, mas justificando-a através da falta de financiamento apesar do “imenso” esforço empreendido. Todavia, em

⁵² O relatório de 2005 é o mais atualizado fornecido pelo IND.

⁵³ Cf. IND, *Relatório anual do programa de ação sobre minas 2005*. Maputo: 2006, p. 26.

momento nenhum esse esforço é exemplificado através de resultados, já que como mostrado pelo próprio governo, o número de acidentes envolvendo minas terrestres continua a aumentar.

As atividades para educar a população têm em vista reduzir o risco de perda de vidas humanas resultante de acidentes com minas antipessoal. Lamentavelmente, as intervenções neste domínio têm sido limitadas. Porém, com o elevado número de acidentes e de vítimas ainda causados por minas terrestres, fica evidente a necessidade de haver mais apoio e investimento, principalmente por parte do próprio governo de Moçambique, já que este reconhece a importância da educação da população quando ao risco das minas. Segundo o monitor de minas terrestres de 2007 (*LM Report 2007*), desenvolvido pela ICBL, o IND identificou a educação sobre o risco de minas como uma área de prioridade, mas continua a ser o componente mais fraco da estratégia de ação contra minas em Moçambique, o que é contraditório. Além disso, no relatório da ICBL, é abordado que a educação sobre o risco de minas apesar de importante também é um fator garante limitado, pois não garante o fim dos acidentes com minas e para isso é preciso o governo atuar de forma completa para de vez, retirar as ameaças presentes no país.⁵⁴

É preciso acrescentar mais uma vez, que as atividades de desminagem desempenham um papel crucial na promoção da segurança, estabilidade e desenvolvimento socioeconômico do país. Os trabalhos de pesquisa, cancelamentos e clarificação constituem uma contribuição valiosa nos esforços em curso, visando reduzir os níveis de pobreza que tanto afetam a sociedade moçambicana. A desminagem também já melhorou as condições de segurança para a circulação de pessoas e bens em todo o território moçambicano, liberando novas áreas para o reassentamento e para a prática de atividades agro-pecuárias, também para a implantação de infra-estruturas como estradas, fontes de água, escolas, hospitais, linhas de transporte de energia e telecomunicações, entre outras. No ano de 2005, os setores mais beneficiados com o andamento do processo de desminagem foram: agricultura, obras públicas, transporte, comunicações e de comércio.⁵⁵

⁵⁴ Cf. ICBL, *Landmines monitor report 2007*. Disponível em: <<http://www.icbl.org/lm/2007/mozambique.html>>. Acesso em 06 out. 2008.

⁵⁵ Cf. *Relatório anual do programa de ação sobre minas 2005*. Maputo: 2006, p. 14.

A política de desminagem tem em vista capacitar o país com meios humanos, técnicos, materiais e financeiros necessários para se evitar casos de novas vítimas e também eliminar futuras ameaças das minas antipessoal, já que Moçambique sozinho não possuía conhecimento e pessoas especializadas neste processo após seu período de guerra. Atualmente já possui organizações nacionais capazes de realizar o processo. Porém, novas técnicas são geralmente desenvolvidas no exterior e através da cooperação internacional chegam a Moçambique. Essa capacitação visa garantir a liderança do governo e obviamente, criar uma auto-suficiência no processo de desminagem do país. Por enquanto, por ser um país pobre e em desenvolvimento, Moçambique precisa contar com uma cooperação internacional nesse processo de capacitação, uma vez que o país por si só geralmente não possui conhecimentos técnicos e nem tem condições financeiras de se desminar sem ajuda internacional. Todavia, trataremos dessa questão mais detalhadamente a seguir. Um componente importante na capacidade nacional de desminagem são os recursos financeiros. No caso de Moçambique, seu programa de desminagem tem sido em sua maioria financiado pela comunidade internacional, normalmente canalizado através dos operadores humanitários e do desenvolvimento da capacidade institucional do IND.

Desde seus primórdios em 1993, a desminagem em Moçambique sempre assumiu um caráter humanitário, permitindo primeiramente o regresso de populações refugiadas ou deslocadas às suas zonas de origem, a reabertura de estradas e outras vias rurais até então inacessíveis devido à presença de minas, o reassentamento de pessoas e a reabilitação de infra-estruturas básicas como escolas, postos de saúde, estradas, pontes e poços de água. Porém, a partir dos finais da década de 90 e princípios dos anos 2000, a desminagem em Moçambique começou a ganhar uma nova dimensão, focando o desenvolvimento, com o envolvimento das comunidades de negócios e de investidores a financiarem diretamente as atividades de desminagem inerentes aos seus projetos de investimento. Atualmente, a ligação entre a desminagem e os projetos de desenvolvimento multiplica-se por todo o país, e por isso o programa de desminagem em Moçambique passou a assumir um caráter duplo, o humanitário e o comercial, que conforme anteriormente explicado, visa o desenvolvimento.⁵⁶

⁵⁶ Cf. IND. *Relatório anual do programa de ação sobre minas 2005*, op. cit., p. 23.

Neste novo contexto, compreendendo a importância das ligações entre a desminagem e o desenvolvimento, o governo precisou incluir a desminagem em seu plano de ação para o alívio da pobreza absoluta, o PARPA.⁵⁷ Em 2005 deu-se o início formal da incorporação de elementos de desminagem na elaboração e nos debates públicos do PARPA. Esta recente incorporação da desminagem no contexto do PARPA tem como objetivo assegurar um futuro melhor para os projetos de desenvolvimento ao incluir a desminagem, pois permite uma visão e abordagem integrada dos mesmos, contrariamente à situação anterior em que a realização dos projetos de desenvolvimento estava condicionada e à mercê de condução prévia das atividades de desminagem e, no contexto das prioridades anuais, nem sempre refletiam a mesma importância e prioridade.

Recentemente, a diretora do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) em Moçambique, Anna Soumaré, reiterou a disponibilidade desta organização em assistir o governo moçambicano na área de desminagem. Assistência que segundo ela, constitui a condição *sine que no* para se atingir nas zonas rurais os resultados preconizados pelo PARPA. Acrescentou ainda que sua organização apóia o governo nos seus esforços para erradicar a pobreza, daí que se junta ao exército para a integração da desminagem e de outros assuntos transversais abordados pelo PARPA. Em uma reunião em Maputo, em julho de 2006, com o governo de Moçambique, a diretora do PNUD planejou conduzir atividades de pesquisas técnicas, clarificação de áreas de alto e médio impacto para o reassentamento das populações, conduzir também atividades de conscientização da população sobre o perigo das minas terrestres e de apoiar os programas de assistência às vítimas e sobreviventes de acidentes com minas.⁵⁸

Apesar de muito interesse em agir no processo de desminagem, seja por parte do governo ou por parte de organismos internacionais que apóiam a causa, ainda resta muito a se

⁵⁷ Cf. IND em seu relatório anual de ação sobre minas, o PARPA é o principal instrumento do governo de Moçambique, na luta contra a pobreza visando o desenvolvimento do país. p. 23.

⁵⁸ Cf. MACUA.. *PNUD reitera apoio ao setor de desminagem*. Maputo, 2006. Disponível em: <http://macua.blogs.com/moambique_para_todos/2006/2007/pnud_reitera_ap.html>. Acesso em: 06 de out. 2008.

fazer nesta área. A Convenção de Ottawa de 1997 determinou um prazo de 10 anos para os países se livrarem das minas terrestres neles disseminadas. Todavia, como podemos perceber atualmente, isso não foi possível em Moçambique, e ao invés de se dobrarem os esforços para cumprir a meta dos 10 anos ou pelo menos adiá-la o mínimo possível, o que vem sendo de fato feito é o adiamento de quatro em quatro anos com planos que estabelecem novas metas para o país estar livre das minas terrestres, como podemos ver a seguir.

Atualmente, conforme o IND, com o término do período de implementação do Plano Nacional da Ação contra Minas 2002-2006, numa altura em que ainda prevalecem áreas minadas em Moçambique, o governo em coordenação com os seus parceiros está elaborando o Plano Nacional de Ação contra Minas para o período 2008-2012. Com este plano, pretende-se que Moçambique esteja livre de minas e outros engenhos explosivos até o ano de 2012, cumprindo assim com as suas obrigações no âmbito da Convenção de Ottawa. Este documento, baseado nos resultados das pesquisas realizadas em 2007, que apresentam a situação prevalecente de minas em Moçambique, irá sustentar o pedido de extensão do prazo da convenção para Março de 2014. Apesar de não existir ainda uma versão final deste plano, na conclusão de seu esboço, mostra a vontade do governo em tornar cada vez mais efetivo o Programa de Ação contra Minas, no âmbito da execução dos planos e programas nacionais de desenvolvimento, bem como do cumprimento por Moçambique das obrigações previstas na Convenção de Ottawa. Acrescenta também a necessidade de haver apoio técnico e financeiro contínuo da comunidade internacional e do governo moçambicano.⁵⁹ Espera-se que este consiga ser o último plano nacional de ação contra minas e que em seu término o país esteja totalmente livre dessa ameaça, mesmo que somente cinco anos após o prazo primeiramente determinado.

É preciso enfatizar mais uma vez a necessidade de haver uma cooperação internacional no processo de desminagem em Moçambique. Esta acontece principalmente através de recursos e investimentos, já que o país é considerado um país pobre, em processo de desenvolvimento, que apresenta dificuldades em se desenvolver e se fortalecer sozinho, após

⁵⁹ Cf. IND, *Plano nacional de ação contra minas 2008-2012 (Draft)*. Maputo, 2008. Disponível em: <<http://www.ind.gov.mz/planoes2008-2012.html>>. Acesso em: 07 out. 2008.

anos de conflitos e guerras. Outra forma muito importante de cooperação internacional no âmbito da desminagem é a cooperação técnica, já que o país tem um sistema ainda precário de conhecimentos, técnicas e matérias de desminagem, se comparados com países desenvolvidos como Estados Unidos, Noruega e Alemanha, entre outros.

Segundo a Agência Brasileira de Cooperação (ABC), o início das atividades de cooperação técnica internacional no âmbito geral, como mecanismo auxiliar do desenvolvimento, ocorreu no final da Segunda Guerra Mundial, na conferência de Bretton Woods, em julho de 1944, quando foram criados o Banco Mundial e o Fundo Monetário (FMI). As primeiras iniciativas de estruturação da cooperação internacional regular como um todo (científica, técnica e tecnológica), foram motivadas pelas Nações Unidas devido à necessidade de reconstruir os países afetados pelo conflito e de acelerar o desenvolvimento dos países menos industrializados. A definição de instrumentos e mecanismos adequados para a ocorrência da cooperação internacional foi objeto de atenção especial desde o início. A ajuda financeira, o apoio técnico, a formação de recursos humanos, os processos de transferência de tecnologia, a doação de equipamentos e materiais, entre outros mecanismos, foram e continuam sendo amplamente utilizados na operacionalização da cooperação. As especificidades de cada modalidade de cooperação, financeira, técnica, científica, tecnológica, entre outras formas, ditaram o uso mais intenso de um ou outro mecanismo de apoio. Vários países desenvolvidos, instados pelas Nações Unidas, engajaram-se nos programas de cooperação, que tiveram continuidade mesmo após a etapa de reconstrução dos países mais afetados pela guerra.⁶⁰

Atualmente, Moçambique conta com a cooperação de diferentes países e organismos internacionais para se reestruturar após sua fase de guerras. São hoje doadores: África do Sul, Alemanha, Austrália, Áustria, Canadá, Dinamarca, Estados Unidos, Finlândia, França e Holanda, Irlanda, Itália, Japão, Noruega, Nova Zelândia, Reino Unido, Suécia, Suíça e a União Européia, além dos organismos da ONU, como o PNUD e o Fundo das Nações Unidas para a infância UNICEF.⁶¹ Além dos doadores, existem as agências nacionais e internacionais de

⁶⁰ Cf. ABC, *Histórico da cooperação técnica brasileira*. Disponível em: <http://www.abc.gov.br/ct/historico_ct.asp>. Acesso em: 15 out. 2008.

⁶¹ Cf. IND, *Doadores*. Disponível em: <<http://www.ind.gov.mz/donors.htm>>. Acesso em: 12 set. 2008.

desminagem que atuam em Moçambique, totalizando 23. Para operar no país as agências precisam primeiramente obter uma licença do governo Moçambicano, para depois se credenciar junto ao IND. Somente após estes dois passos é possível receber recursos para conduzirem as operações de desminagem. Nesta etapa, o IND apresenta áreas diferentes, para que cada agência atue em uma área específica. As principais agências que atuam em Moçambique atualmente e possuem licença para operar até outubro de 2009 são: HT, HI, MMA, ANP e, *RONCO*, entre outras.⁶²

Nos últimos anos, o processo de desminagem em Moçambique tem conseguido limpar algumas áreas contaminadas com minas terrestres e outros engenhos explosivos, libertando aldeias e populações do impacto negativo que a presença de minas representava. Em 2005, os resultados de atividades de pesquisas mostram que extensas áreas foram clarificadas, o que registra um certo progresso na atividade de desminagem, porém muito lentamente. Os resultados destacam a libertação de 30 aldeias e de 100 áreas suspeitas de estarem minadas, representando acima de 23 milhões de metros quadrados, a redução de áreas numa extensão de 72 milhões de metros quadrados, o cancelamento de mais de 3,7 milhões de metros quadrados, a clarificação de 11,3 milhões de metros quadrados, a realização de pesquisas em cerca de dois milhões de metros quadrados e outras pesquisas e clarificações em áreas de projetos de desenvolvimento de mais de 19,1 milhões de metros quadrados.⁶³

É interessante observar, somente como curiosidade, que o IND aborda a unidade em milhões de metros quadrados para mostrar números grandes e de impacto, que impressionam bastante como se significassem a maioria do território Moçambicano, todavia esses números impressionantes não são muito representativos, se analisarmos a área total do país, que é de 801.590 quilômetros quadrados, em que deste total, 784.090 quilômetros quadrados são de terra.⁶⁴ Entretanto, esses números são sempre apresentados como resultados positivos devido ao

⁶² Cf. IND, *Licença das agências de desminagem*. Disponível em: <<http://www.ind.gov.mz/agencia.htm>>. Acesso em: 15 set. 2008.

⁶³ Cf. IND, *Relatório anual do programa de ação sobre minas 2005*. *op. cit.*, p.25.

⁶⁴ Cf. CIA, *The world fact book: Mozambique*. Disponível em: <<https://www.cia.gov/library/publications/the-world-factbook/geos/mz.html>>. Acesso em 20. out. 2008.

esforço moçambicano neste processo, mesmo sabendo que na prática, esses números não são muito significantes no total da área do país e pelo tempo em que já ocorre a desminagem:

Apesar dos resultados positivos até aqui registrados na implementação do Programa de Ação sobre Minas no país, ainda persistem problemas que devem merecer a atenção de todos os parceiros na ação sobre minas. O conhecimento da situação real de minas no país constitui o mais importante desafio do programa...o que torna evidente a necessidade de capacitar o país nos aspectos financeiro, técnico, material e humano para assegurar o sucesso do Programa de ação contra minas.⁶⁵

O discurso citado faz duas afirmações: os problemas existem, e a culpa não é do governo. Tanto que clama por um envolvimento maior dos parceiros. Cabe acrescentar que se existisse um processo de desminagem mais prioritário e eficiente no país, além de uma intensa campanha local e internacional, para conscientizar e mobilizar a população quanto ao perigo das minas e seu impacto, não somente no desenvolvimento do país como também na vida das pessoas expostas a estes artefatos, não seria necessário ficar adiando o prazo de livrar o país das minas terrestres.

Os documentos mostram que o processo de desminagem em Moçambique vem sofrendo atrasos e que as partes envolvidas não se responsabilizam por este fato, ou no limite, atribuem a maior parte da culpa a outrem. Nos relatórios analisados, tanto do governo moçambicano, como das organizações responsáveis pela desminagem, fica implícito que ninguém é culpado pelo atraso da erradicação das minas, somente a falta de recursos e financiamentos. Mas também o que é feito para buscar esses recursos e investimentos? Ou será que os recursos existem e são mal aproveitados? Todos se justificam como fazendo os seus maiores esforços e que mesmo assim infelizmente não foi possível alcançar o objetivo pré-estabelecido para livrar o país das minas no tempo determinado pela Convenção de Ottawa, como se fosse uma força do mal impedindo esse resultado. As partes tampouco jogam a culpa uns nos outros, já que o trabalho é feito em conjunto e o governo precisa das organizações para atuar no país, assim como as organizações precisam da aceitação do governo e reconhecimento para ali se instalarem.

⁶⁵ Cf. IND, *Relatório anual do programa de ação sobre minas 2005. op cit.*, p. 26.

Além disso, a construção de planos e metas constantes e praticamente anuais, realizadas pelas partes envolvidas, mostra teoricamente, um engajamento exemplar no processo de desminagem. Todavia, como pudemos perceber, na maioria das vezes esses planos não saem dos papéis, como exemplo a questão da educação sobre o risco de minas, que sua importância já é conhecida há alguns anos e até hoje é a ponto mais fraco no processo de desminagem. Os pontos fracos são sempre abordados, mas aparentemente nada é feito para solucioná-los. Além disso, a assistência às vítimas ainda é também muito precária no país e quase não se investe recursos nessa questão. De acordo com a UNMAS, desde 2000 nenhum recurso internacional é destinado à educação quanto ao risco das minas e desde 2001 não se investe recursos na assistência às vítimas de minas terrestres.⁶⁶

Enquanto ainda houver minas espalhadas pelo território moçambicano, os acidentes envolvendo estes artefatos e outros engenhos explosivos continuarão a acontecer frequentemente, envolvendo principalmente civis da área rural que pouco tem conhecimento da existência dessas armas, por serem tão discretas. Já que o país não conseguiu cumprir a meta estabelecida para se tornar livre de minas terrestres, deveria então agora reunir todos os esforços de todas as partes envolvidas, para tentar ao menos atingir a nova meta de 2012. Entretanto, enquanto isso não ocorre, deveria investir-se mais na população através da educação sobre o perigo das minas e de assistência às vítimas e seus familiares, pois a sociedade continua a pagar um preço caro pelo pouco caso, principalmente do governo moçambicano, que deveria ser mais dedicado ao processo de desminagem no país, englobando todas as suas etapas. O preço deste pouco caso é nada mais que a vida de seres humanos inocentes.

⁶⁶ Cf. UNMAS, *Multi-year recipient report: Mozambique*. Disponível em: <<http://www.mineactioninvestments.org/frameset.asp>>. Acesso em: 20 out. 2008.

CONCLUSÃO

Conforme analisado nos três capítulos, Moçambique passou por um longo período de conflitos e guerras, e mesmo após a conquista de sua independência, fantasmas desta época continuam a assombrar a população moçambicana nos dias de hoje. Os conflitos podem ter acabado, mas infelizmente deixaram as minas terrestres com uma herança daquela época, que continuam a causar vítimas e amedrontar a população. Grande parte da sociedade sequer tem conhecimento das áreas contaminadas por esses engenhos explosivos. A questão das minas é bastante grave e apesar de existirem planos de ação contra elas e várias organizações envolvidas no processo de retiradas dessas minas, a impressão que dá é que pouco se faz, de fato, para eliminar este problema definitivamente.

O governo estipula metas e planos, mas não os cumpre e simplesmente os adia sempre que expiram. A comunidade internacional, todavia, precisa receber o devido reconhecimento pelos seus esforços no âmbito da desminagem da região e na constante ajuda que oferecem à população local, seja através da educação do perigo das minas e da assistência às vítimas de acidentes com esses engenhos e seus familiares, ou simplesmente por terem criado uma campanha internacional visando o banimento das minas terrestres em todo o mundo. Todavia, este trabalho ainda é pequeno se considerarmos o impacto gerado pelas minas não apenas em Moçambique, mas em inúmeros países.

Através de diferentes relatórios, foi possível perceber que a desminagem já obteve vários resultados positivos durante esses anos, mas o problema das minas no país merece ainda mais atenção, uma vez conhecidos os seus efeitos na comunidade, bem como os obstáculos que as minas representam no esforço nacional que visa o desenvolvimento econômico e social conducente ao alívio da pobreza absoluta em que vive maior parte da população moçambicana. Entretanto, tanto o governo local como as organizações envolvidas não encontram um culpado

para o atraso da conclusão do processo de desminagem no país. Sempre justificam a falta de recursos como sendo o maior obstáculo, mas parece ficar por isso mesmo. Nenhuma parte envolvida se culpa por alguma falha e tampouco culpam as outras. Apenas justificam seus esforços constantemente, sem saberem explicar o porquê do adiamento da erradicação total das minas disseminadas no território de Moçambique.

Finalizando, percebemos que as situações apesar de tão diversas, chegam a ser as mesmas em vários países, de minas terrestres a balas perdidas ou tráfico de drogas, e em determinados lugares uma pobreza assustadora que nem parece realidade. Tristes realidades de países, em que seus povos já não agüentam mais tantas barbáries e que inocentes são mutilados e por muitas vezes mortos.

A Declaração Universal dos Direitos Humanos tem se tornado a pedra indispensável pela qual mensuramos ou deveríamos conceber o que é certo ou errado e representa o reconhecimento universal de que as liberdades e direitos fundamentais são inerentes a todos os seres humanos e se aplicam igualmente entre eles. Seja qual for a nossa nacionalidade, local de residência, sexo, origem nacional ou étnica, língua ou qualquer outra situação, no dia 10 de dezembro de 1948, a comunidade internacional comprometeu-se a defender a dignidade e a justiça para todos nós. Com o tempo, esse compromisso transformou-se em lei, sob forma de tratados, de direito internacional, de princípios gerais e acordos, que vieram a concentrar-se e especializar-se cada vez mais em problemas a abordar e em grupos sociais que precisam ser protegidos.

Hoje, 60 anos depois, essa declaração continua sendo escrita, a cada dia, pelas mãos de todos nós. Os “programas de desminagem em tantos moçambiques” continuam clamando por ajuda e nós, como profissionais de relações internacionais, e principalmente como cidadãos, devemos adotar como parte integrante de nosso modo de vida os compromissos e princípios da Declaração Universal dos Direitos Humanos, reafirmando a fé dos povos no mundo, nos direitos fundamentais, na dignidade e no valor da pessoa humana.

REFERÊNCIAS

ABC, *Histórico da cooperação técnica brasileira*. Disponível em: <http://www.abc.gov.br/ct/historico_ct.asp> Acesso em: 15 out. 2008.

APOPO, *Mine detection rats*. Disponível em: <www.apopo.org/newsite.content.index.htm>. Acesso em: 14 out. 2008.

BELLAMY, Carol. *Landmines posed gravest risk for children: countries that care about children must stop producing landmines*. Nairobi, 2004. Disponível em: <http://www.unicef.org/media/media_24360.html>. Acesso em: 01 out. 2008.

BOBBIO, Norberto. *Direita e esquerda: razões e significados de uma distinção política*. 2ªed. São Paulo: Editora UNESP, 2001.

CIA, *The world fact book: Mozambique*. Disponível em: <<https://www.cia.gov/library/publications/the-world-factbook/geos/mz.html>>. Acesso em: 20 out. 2008.

CIDC, *Eliminating the silent killers: a world paralyzed by landmines and unexploded ordnance*. Disponível em: <<http://www.cidc.ws/home.html>>. Acesso em: 14 out. 2008.

_____. *What are landmines: history*. Disponível em: <<http://www.cidc.ws/home.html>>. Acesso em: 14 out. 2008.

ESFM, *Os estados: o estado dos Muenemutapas*. Disponível em: <http://www.manyanga.ac.mz/discip/hist/hist_18.php>. Acesso em: 16 set. 2008.

FITZPATRICK, Mary. *Mozambique*. 2.ed. Washington: Lonely Planet, 2007.

GADAMER, Hans-Georg. *Verdade e método I: traços fundamentais de uma hermenêutica filosófica*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1997.

_____. *Verdade e método II: complementos e índice*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.

GARCIA, Francisco Miguel Gouveia. *Análise global de uma guerra: Moçambique 1964-1974*. Disponível em: http://www.triplov.com/miguel_garcia/mocambique/capitulo1/politica_interna.htm Acesso em: 15 set. 2008.

HI, *Annual report Mozambique programme: year 2003*. Disponível em: www.handicap-international.org.uk/pdfs/Mozambique_Annual_report_2003.pdf. Acesso em: 16 out. 2008.

_____. *Annual report and financial statements 2006*. Disponível em: www.handicap-international.org.uk/files/2006_Annual%20Report_ALL.pdf. Acesso em: 16 out. 2008.

HRW. *Landmines in Mozambique*. New York: Human Rights Watch, 1994.

_____. *Still killing: landmines in Southern Africa*. New York: Human Rights Watch, 1997.

_____. *Children in combat*. Vol. 08, Human Rights Watch, 1996. Disponível em: <http://www.hrw.org/reports/pdfs/c/crd/general961.pdf>. Acesso em: 04 ago. 2008.

HT, *Southern Africa: Mozambique*. Disponível em: www.halotrust.org/mozambique.html. Acesso em: 01 out. 2008.

ICBL, *Países exportadores*: que países produziram e exportaram minas. Disponível em: <<http://portugues.icbl.org/exportadores.htm>>. Acesso em: 08 ago. 2008.

_____. *LM report 2007*. Disponível em: <<http://www.icbl.org/lm/2007/mozambique.html>>. Acesso em: 19 out. 2008.

ICRC, *Convenção de 1997 sobre proibição de minas antipessoal e sobre a sua destruição*. 2000. Disponível em: <<http://www.icrc.org/Web/por/sitepor0.nsf/html/66MHBN>>. Acesso em: 05 ago. 2008.

IND, *Plano nacional de ação contra minas 2008-2012 (Draft)*. Maputo, 2008. Disponível em: <<http://www.ind.gov.mz/planoes2008-2012.html>>. Acesso em: 07. out. 2008.

_____. *Política e estratégia de desminagem*: decreto nº 37/99 de 10 de junho. Disponível em: <<http://www.ind.gov.mz/politica.htm>>. Acesso em: 25 ago. 2008.

_____. *Política e estratégia de desminagem*: resolução nº 17/99 de 10 de junho. Disponível em: <<http://www.ind.gov.mz/politica.htm>>. Acesso em: 25 ago. 2008.

_____. *Relatório Anual do Programa de Ação Contra Minas 2004*, Maputo, 2005, p. 2. Disponível em: <<http://www.ind.gov.mz/source/rel2005.pdf>>. Acesso em: 27 ago. 2008.

MACUA, *PNUD reitera apoio ao setor de desminagem*. Maputo, 2006. Disponível em: <http://macua.blogs.com/moambique_para_todos/2006/2007/pnud_reitera_ap.html>. Acesso em 06 out. 2008.

MATTHEW, Richard A.; McDONALD, Bryan & RUTHERFORD, Kenneth R. (org). *Landmines and human security*: international politics and war's hidden legacy. New York: SUNY, 2004.

MOÇAMBIQUE. *O presidente*: quem é Armando Emílio Guebuza. Disponível em: <<http://www.presidencia.gov.mz/>>. Acesso em: 15 set. 2008.

NEWITT, Malyn. *História de Moçambique*. Lisboa: Europa-América, 1997.

PINA, Arsénio Fermino. Do racismo e da segregação racial. Parede, 2008. Disponível em: <http://www.asemana.cv/article-imprim.php3?id_article=30876>. Acesso em: 17 set. 2008.

PNUD, *Information table: mine action country programmes*. Disponível em: <<http://www.undp.org/erd/mineaction/prog.htm>>. Acesso em: 14 out. 2008.

_____. *Mine awareness*. Disponível em: <<http://www.undp.org/erd/mineaction/aware.htm>>. Acesso em: 14 out. 2008.

PURVES, Bill. *Living with landmines: from international treaty to reality*. Montreal: Black Rose Books, 2001.

RELIEFWEB, *Portfolio of mine action projects 2008*. Disponível em: <<http://ocha-gwapps1.unog.ch/rw/rwb.nsf/db900SID/KHII-7964KX?OpenDocument>>. Acesso em: 15 out. 2008.

RONCO, *Mine/UXO clearance*. Disponível em: <www.demining.com/hmc/mozambique.html>. Acesso em: 01 out. 2008.

STANLEY, Charles F. *Landmines: in the path of the believer*. Nashville: Thomas Nelson, 2007.

UNICEF, *UNICEF urges the world to join mine ban treaty*. Disponível em: <http://www.unicef.org/protection/index_24002.html>. Acesso em: 01 out. 2008.

UNMAS, *Mine clearance*. Disponível em: <<http://www.mineaction.org/overview.asp?o=16>>. Acesso em 10 set. 2008.

_____. *United Nations inter-agency mine action strategy: 2006-2010*. Disponível em: <http://www.mineaction.org/downloads/1/UN_IAMAS_online.pdf>. Acesso em: 10 set. 2008.

_____. *International law and landmine and UXO survivors*. Disponível em: <http://www.mineaction.org/docs/1805_.asp>. Acesso em: 12 set. 2008.

_____. *Mine risk education*. Disponível em: <<http://www.mineaction.org/overview.asp?o=17>>. Acesso em: 12 set. 2008.

_____. Multi-year recipient report: Mozambique. Disponível em: <<http://www.mineactioninvestments.org/frameset.asp>>. Acesso em: 20 out. 2008.

VIEIRA, Gustavo Oliveira & WITTMANN, Cristian Ricardo (org). *Monitor de minas terrestres 2005: Angola, Guiné-Bissau e Moçambique*. Santa Cruz do Sul: Garten Sul, 2006.

ANEXO I

CONVENÇÃO SOBRE A PROIBIÇÃO DO USO, ARMAZENAMENTO, PRODUÇÃO E TRANSFERÊNCIA DE MINAS ANTIPESSOAL E SOBRE SUA DESTRUÇÃO.

Translation by the government of Brazil.

Preâmbulo

Os Estados Partes,

Decididos a pôr fim ao sofrimento e às mortes causadas por minas antipessoal, que matam ou mutilam centenas de pessoas todas as semanas, na sua maioria cidadãos inocentes e indefesos e especialmente crianças, obstruem o desenvolvimento econômico e a reconstrução, inibem a repatriação de refugiados e de pessoas deslocadas internamente e ocasionam outras consequências severas por muitos anos após sua colocação,

Acreditando ser necessário fazer o máximo para contribuir de maneira eficiente e coordenada a fim de enfrentar o desafio de remover as minas antipessoal colocadas em todo o mundo e assegurar sua destruição,

Desejando fazer o máximo na prestação de assistência para o tratamento e a reabilitação, incluindo a reintegração social e econômica, de vítimas de minas,

Reconhecendo que uma proibição total das minas antipessoal seria também uma importante medida de construção de confiança,

Acolhendo a adoção do Protocolo sobre Proibições e Restrições ao Emprego de Minas, Armas de Armadilha e Outros Artefatos, conforme emendado em 03 de maio de 1996 e anexado à Convenção sobre Proibições ou Restrições ao Emprego de Certas Armas Convencionais que Possam Ser Excessivamente Nocivas ou Ter Efeitos Indiscriminados, e instando à pronta ratificação desse Protocolo por todos os Estados que ainda não o tenham feito,

Acolhendo também a Resolução 51/45 S, de 10 de dezembro de 1996, da Assembleia-Geral das Nações Unidas, que exorta todos os Estados a buscar com empenho um acordo internacional eficaz e juridicamente vinculante para proibir o uso, armazenamento, produção e transferência de minas terrestres antipessoal,

Acolhendo, ademais, as medidas tomadas durante os últimos anos, tanto unilateralmente quanto multilateralmente, visando à proibição, restrição ou suspensão do uso, armazenamento, produção e transferência de minas antipessoal,

Enfatizando o papel da consciência pública na promoção dos princípios humanitários, conforme evidenciado pelos apelos à proibição total de minas antipessoal, e reconhecendo os esforços envidados para tal fim pela Cruz Vermelha Internacional e pelo Movimento do Crescente Vermelho, a Campanha Internacional para a Proibição de Minas e numerosas outras organizações não-governamentais em todo o mundo,

Recordando a Declaração de Ottawa, de 05 de outubro de 1996, e a Declaração de Bruxelas, de 27 de junho de 1997, que instam a comunidade internacional a negociar um acordo internacional juridicamente vinculante que proíba o uso, armazenamento, produção e transferência de minas antipessoal,

Enfatizando a conveniência de atrair a adesão de todos os Estados a esta Convenção e determinados a trabalhar tenazmente para promover sua universalização em todos os foros relevantes, incluindo, entre outros, as Nações Unidas, a Conferência do Desarmamento, organizações e grupos regionais e conferências de revisão da Convenção sobre Proibições ou Restrições ao Emprego de Certas Armas Convencionais que Possam Ser Excessivamente Nocivas ou Ter Efeitos Indiscriminados,

Baseando-se no princípio do direito internacional humanitário de que o direito das partes em um conflito armado de escolher métodos ou meios de combate não é ilimitado, no princípio que proíbe o uso, em conflitos armados, de armas, projéteis ou materiais e métodos de combate de natureza tal que causem danos supérfluos ou sofrimento desnecessário e no princípio de que uma distinção deve ser estabelecida entre civis e combatentes,

Acordaram o seguinte:

Artigo 1º **Obrigações gerais**

1. Cada Estado Parte se compromete a nunca, sob nenhuma circunstância:
 - (a) usar minas antipessoal;
 - (b) desenvolver, produzir ou de qualquer outro modo adquirir, armazenar, manter ou transferir a quem quer que seja, direta ou indiretamente, minas antipessoal;
 - (c) ajudar, encorajar ou induzir, de qualquer maneira, quem quer que seja a participar em qualquer atividade proibida a um Estado Parte de acordo com esta Convenção.
2. Cada Estado Parte se compromete a destruir ou assegurar a destruição de todas as minas antipessoal de acordo com as disposições desta Convenção.

Artigo 2º **Definições**

1. Por "mina antipessoal" entende-se uma mina concebida para explodir em consequência da presença, proximidade ou contato de uma pessoa e que incapacite, fira ou mate uma ou mais pessoas. Minas concebidas para serem detonadas pela presença, proximidade ou contato de um veículo, e não de uma pessoa, que sejam equipadas com dispositivos antimanipulação, não são consideradas minas antipessoal por estarem assim equipadas.

2. Por "mina" entende-se um artefato explosivo concebido para ser colocado sob, sobre ou próximo ao chão ou a outra superfície e explodir em consequência da presença, proximidade ou contato de uma pessoa ou veículo.

3. Por "dispositivo antimanipulação" entende-se um mecanismo destinado a proteger a mina e que é parte dela, está fixado ou conectado a ela ou colocado sob a mina e que é ativado quando se tenta manipulá-la ou intencionalmente perturbar seu funcionamento de alguma outra forma.

4. Por "transferência" entende-se, além do traslado físico de minas antipessoal para dentro ou fora de território nacional, a transferência do título ou do controle de minas, mas não a transferência de território em que haja minas antipessoal colocadas.

5. Por "área minada" entende-se uma área que é perigosa em função da presença de minas ou da suspeita de sua presença.

Artigo 3º

Exceções

1. Não obstante as obrigações gerais contidas no Artigo 1º, a retenção ou transferência de uma quantidade de minas antipessoal necessária ao desenvolvimento de técnicas de detecção, desminagem ou destruição de minas é permitida. A quantidade destas minas não deve exceder o número mínimo absolutamente necessário aos propósitos acima mencionados.

2. A transferência de minas antipessoal para fins de sua destruição é permitida.

Artigo 4º

Destruição de Minas Antipessoal Armazenadas

Exceto pelo disposto no Artigo 3º, cada Estado Parte compromete-se a destruir ou assegurar a destruição de todas as minas antipessoal armazenadas de que seja proprietário ou detentor ou que estejam sob sua jurisdição ou controle o quanto antes e no mais tardar até quatro anos após a entrada em vigor desta Convenção para aquele Estado Parte.

Artigo 5º

Destruição de Minas Antipessoal em Áreas Minadas

1. Cada Estado Parte compromete-se a destruir ou assegurar a destruição de todas as minas antipessoal em áreas minadas sob sua jurisdição ou controle o quanto antes e no mais tardar até dez anos após a entrada em vigor desta Convenção para aquele Estado Parte.

2. Cada Estado Parte se esforçará para identificar todas as áreas sob sua jurisdição ou controle nas quais se saiba ou se suspeite haver minas antipessoal colocadas e deverá assegurar o quanto antes que todas as áreas minadas sob sua jurisdição ou controle em que haja minas antipessoal tenham seu perímetro marcado, vigiado e protegido por cercas ou outros meios, a fim de assegurar a efetiva exclusão de civis até que todas as minas antipessoal contidas naquelas áreas tenham sido destruídas. A marcação deverá obedecer, no mínimo, aos padrões estabelecidos pelo Protocolo de Proibições e Restrições ao Emprego de Minas, Armas de Armadilha e Outros Artefatos, conforme emendado em 3 de maio de 1996, anexo à Convenção sobre Proibições ou Restrições ao Emprego de Certas Armas Convencionais que Possam Ser Excessivamente Nocivas ou Ter Efeitos Indiscriminados.

3. Se um Estado Parte acredita que não será capaz de destruir ou assegurar a destruição de todas as minas antipessoal a que se faz menção no parágrafo 1 dentro daquele período de tempo, poderá solicitar à Reunião dos Estados Partes ou à Conferência de Revisão a prorrogação do prazo para completar a destruição daquelas minas antipessoal por um período de até dez anos.

4. Cada solicitação deverá conter:

- (a) A duração da prorrogação proposta;
- (b) Uma explicação detalhada das razões para a prorrogação proposta, incluindo:
 - (i) A preparação e a situação do trabalho conduzido no âmbito de programas nacionais de desminagem;
 - (ii) Os meios financeiros e técnicos de que dispõe o Estado Parte para a destruição de todas as minas antipessoal;
 - (iii) As circunstâncias que restringem a capacidade do Estado Parte de destruir todas as minas antipessoal em áreas minadas;
- (c) As implicações humanitárias, sociais, econômicas e ambientais da prorrogação; e
- (d) Quaisquer outras informações relevantes para a solicitação de prorrogação proposta.

5. A Reunião dos Estados Partes ou a Conferência de Revisão deverão, levando em consideração os fatores contidos no parágrafo 4, avaliar a solicitação e decidir por maioria de votos dos Estados Partes presentes e votantes se se aceita a solicitação de um período de prorrogação.

6. Tal prorrogação poderá ser renovada mediante a apresentação de nova solicitação, de acordo com os parágrafos 3, 4 e 5 deste Artigo. Ao solicitar novo período de prorrogação, o Estado Parte deverá submeter informação adicional relevante sobre o que foi realizado durante o período prévio de prorrogação de acordo com este Artigo.

Artigo 6º

Cooperação e Assistência Internacional

1. No cumprimento de suas obrigações de acordo com esta Convenção, cada Estado Parte tem o direito de solicitar e receber assistência, quando factível, de outros Estados Partes na medida do possível.

2. Cada Estado Parte compromete-se a facilitar o intercâmbio mais amplo possível de equipamento, materiais e informação científica e tecnológica relacionados à implementação desta Convenção e terá direito a participar desse intercâmbio. Os Estados Partes não imporão restrições indevidas ao fornecimento, para fins humanitários, de equipamento de desminagem nem de informações tecnológicas correspondentes.

3. Cada Estado Parte em condições de fazê-lo proporcionará assistência para o tratamento e a reabilitação de vítimas de minas e sua reintegração social e econômica, bem como para programas de conscientização sobre minas. Tal assistência poderá ser prestada, inter alia, por intermédio do sistema das Nações Unidas, de organizações ou instituições internacionais, regionais ou nacionais, do Comitê Internacional da Cruz Vermelha, das sociedades nacionais da Cruz Vermelha e do Crescente Vermelho e de sua Federação Internacional, de organizações não-governamentais ou em base bilateral.

4. Cada Estado Parte em condições de fazê-lo proporcionará assistência à desminagem e a atividades relacionadas. Tal assistência será prestada, inter alia, por intermédio do sistema das Nações Unidas, de organizações ou instituições internacionais ou regionais, de organizações ou instituições não-governamentais ou em base bilateral ou ainda mediante contribuições para o Fundo Fiduciário Voluntário das Nações Unidas para Assistência à desminagem ou para outros fundos regionais que se ocupem deste tema.

5. Cada Estado Parte em condições de fazê-lo proporcionará assistência para a destruição de minas antipessoal armazenadas.

6. Cada Estado Parte compromete-se a fornecer informações à base de dados sobre desminagem estabelecida no sistema das Nações Unidas, especialmente informações relacionadas aos diversos meios e tecnologias de desminagem e listas de especialistas, de órgãos especializados ou pontos nacionais de contato sobre desminagem.

7. Os Estados Partes podem solicitar às Nações Unidas, organizações regionais, outros Estados Partes ou outros foros inter-governamentais ou não-governamentais competentes que assistam suas autoridades na elaboração de um programa nacional de desminagem a fim de determinar, inter alia:

- (a) A extensão e o alcance do problema das minas antipessoal;
- (b) Os recursos financeiros, tecnológicos e humanos requeridos para a implementação do programa;
- (c) O número de anos estimado necessário para destruir todas as minas antipessoal em áreas minadas sob jurisdição ou controle do Estado Parte em questão;
- (d) Atividades de conscientização sobre minas a fim de reduzir a incidência de ferimentos ou mortes atribuíveis a minas;
- (e) Assistência a vítimas de minas;
- (f) O relacionamento entre o Governo do Estado Parte em questão e as entidades governamentais, inter-governamentais ou não-governamentais pertinentes que trabalharão na implementação do programa.

8. Cada Estado Parte que preste ou receba assistência de acordo com as disposições deste Artigo cooperará a fim de assegurar a completa e rápida implementação dos programas de assistência acordados.

Artigo 7º

Medidas de Transparência

1. Cada Estado Parte informará ao Secretário-Geral das Nações Unidas tão logo que possível e no mais tardar até 180 dias após a entrada em vigor desta Convenção para aquele Estado Parte sobre:

- (a) As medidas de implementação nacionais referidas no Artigo 9º;
- (b) O total de minas antipessoal armazenadas que possua ou detenha ou que esteja sob sua jurisdição ou controle, inclusive especificação de tipo, quantidade e, se possível, números de lote de cada tipo de mina antipessoal armazenada;
- (c) Na medida do possível, a localização de todas as áreas minadas sob sua jurisdição ou controle que contenham ou que se suspeite contenham minas antipessoal, incluindo o máximo possível de detalhes relativos ao tipo e à quantidade de cada tipo de mina antipessoal em cada área minada e quando foram colocadas;
- (d) Os tipos, quantidades e, se possível, números de lote de todas as minas antipessoal retidas ou transferidas para o desenvolvimento de técnicas de detecção, desminagem e destruição de minas e para o treinamento nessas técnicas, ou transferidas com o propósito de destruição, assim como as instituições autorizadas por um Estado Parte para manter ou transferir minas antipessoal, conforme o disposto no Artigo 3º;
- (e) A situação de programas para a conversão ou fechamento de instalações produtoras de minas antipessoal;
- (f) A situação de programas para a destruição de minas antipessoal de acordo com o disposto nos Artigos 4º e 5º, incluindo detalhes dos métodos que serão usados na destruição, a localização de todos os lugares onde se efetuará a destruição e os padrões ambientais e de segurança aplicáveis a serem observados;
- (g) Os tipos e quantidades de todas as minas antipessoal destruídas após a entrada em vigor desta Convenção para aquele Estado Parte, incluindo a especificação da quantidade de cada tipo de mina antipessoal destruída, conforme o disposto nos Artigos 4º e 5º, respectivamente, assim como, se possível, os números de lote de cada tipo de mina antipessoal no caso de destruição de acordo com o disposto no Artigo 4º;
- (h) As características técnicas de cada tipo de mina antipessoal produzida, até onde se conheça, e daquelas que, no momento, um Estado Parte possua ou detenha, fornecendo, quando possível, informações que possam facilitar a identificação e a eliminação de minas antipessoal; no mínimo, essa informação deve incluir dimensões, espoletas, conteúdo explosivo, conteúdo metálico, fotografias coloridas e outras informações que possam facilitar a desminagem; e
- (i) As medidas tomadas para alertar a população de modo imediato e eficaz quanto a todas as áreas identificadas conforme o disposto no parágrafo 2 do Artigo 5º.

2. A informação fornecida em conformidade com este Artigo será atualizada pelos Estados Partes anualmente, cobrindo o último ano civil, e comunicada ao Secretário- Geral das Nações Unidas no mais tardar até 30 de abril de cada ano.

3. O Secretário-Geral das Nações Unidas transmitirá todos os relatórios recebidos aos Estados Partes.

Artigo 8º **Facilitação e Esclarecimento do Cumprimento**

1. Os Estados Partes concordam em consultar-se mutuamente e em cooperar no que diz respeito à implementação das provisões desta Convenção e a trabalhar juntos em espírito de cooperação para facilitar o cumprimento pelos Estados Partes de suas obrigações de acordo com esta Convenção.

2. Se um ou mais Estados Partes desejam esclarecer e procuram resolver questões relacionadas ao cumprimento das provisões desta Convenção por outro Estado Parte, podem submeter, por intermédio do Secretário-Geral das Nações Unidas, uma Solicitação de Esclarecimento daquele assunto àquele Estado Parte. Essa solicitação deverá ser acompanhada de toda informação apropriada. Os Estados Partes deverão abster-se de responder a Solicitações de Esclarecimento infundadas, evitando-se abuso. Um Estado Parte que receba uma Solicitação de Esclarecimento fornecerá ao Estado solicitante, por intermédio do Secretário-Geral das Nações Unidas e no prazo de 28 dias, toda informação que ajude a esclarecer o assunto em questão.

3. Se o Estado Parte solicitante não receber uma resposta por intermédio do Secretário-Geral das Nações Unidas no prazo mencionado ou se considerar a resposta à Solicitação de Esclarecimento insatisfatória, poderá submeter o assunto, por intermédio do Secretário-Geral das Nações Unidas, à próxima Reunião dos Estados Partes. O Secretário-Geral das Nações Unidas deverá transmitir essa demanda, acompanhada de toda informação apropriada pertinente à Solicitação de Esclarecimento, a todos os Estados Partes. Toda essa informação deverá ser transmitida ao Estado Parte solicitado, que terá direito a resposta.

4. Enquanto estiver pendente qualquer reunião dos Estados Partes, qualquer dos Estados Partes afetados poderá solicitar ao Secretário-Geral das Nações Unidas que exerça seus bons ofícios para facilitar o esclarecimento solicitado.

5. O Estado Parte solicitante pode propor, por intermédio do Secretário-Geral das Nações Unidas, a convocação de uma Reunião Extraordinária dos Estados Partes para considerar o assunto. O Secretário-Geral das Nações Unidas deverá então comunicar a todos os Estados Partes essa proposta e toda informação apresentada pelos Estados Partes afetados, solicitando-lhes que indiquem se são favoráveis à realização de uma Reunião Extraordinária dos Estados Partes, a fim de considerar o assunto. Se dentro de 14 dias da data da comunicação houver pelo menos um terço dos Estados Partes a favor da Reunião Extraordinária, o Secretário-Geral das Nações Unidas convocará a Reunião Extraordinária dos Estados Partes dentro dos 14 dias seguintes. O quorum para essa Reunião requererá a presença da maioria dos Estados Partes.

6. A Reunião dos Estados Partes ou a Reunião Extraordinária dos Estados Partes, conforme o caso, deverá, em primeiro lugar, determinar se é o caso de prosseguir na consideração do assunto, levando em conta toda informação apresentada pelos Estados Partes afetados. A Reunião dos Estados Partes ou a Reunião Extraordinária dos Estados Partes deverá enviar todo

esforço para tomar uma decisão por consenso. Se, apesar de todos os esforços, não se chegar a um acordo, a decisão será tomada por maioria dos Estados Partes presentes e votantes.

7. Todos os Estados Partes cooperarão plenamente com a Reunião dos Estados Partes ou a Reunião Extraordinária dos Estados Partes para que se leve a cabo a revisão do assunto, incluindo quaisquer missões de esclarecimento de fatos autorizadas de acordo com o parágrafo 8.

8. Caso se requeiram maiores esclarecimentos, a Reunião dos Estados Partes ou a Reunião Extraordinária dos Estados Partes autorizará uma missão de esclarecimento de fatos e decidirá sobre seu mandato por maioria dos Estados Partes presentes e votantes. A qualquer momento, o Estado Parte solicitado poderá convidar a seu território uma missão de esclarecimento de fatos. Essa missão será realizada sem uma decisão da Reunião dos Estados Partes ou da Reunião Extraordinária dos Estados Partes que a autorize. A missão, composta por um máximo de nove especialistas, designados e aprovados de acordo com os parágrafos 9 e 10, poderá recolher informações adicionais in situ ou em outros locais sob jurisdição ou controle do Estado Parte solicitado diretamente relacionados à alegada questão de cumprimento.

9. O Secretário-Geral das Nações Unidas preparará e manterá atualizada uma lista de nomes, nacionalidades e outros dados pertinentes de especialistas qualificados recebidos dos Estados Partes e a comunicará a todos os Estados Partes. Qualquer especialista incluído na lista será considerado designado para todas as missões de esclarecimento de fatos, a não ser que um Estado Parte declare por escrito recusar sua designação. No caso de recusa, o especialista não participará em missões de esclarecimento de fatos no território ou em qualquer outro lugar sob a jurisdição ou controle do Estado Parte recusante, se a recusa tiver sido declarada anteriormente à indicação do especialista para tais missões.

10. No momento em que receba uma solicitação da Reunião dos Estados Partes ou de uma Reunião Extraordinária dos Estados Partes, o Secretário-Geral das Nações Unidas, após consultas com o Estado Parte solicitado, indicará os membros da missão, incluindo seu chefe. Nacionais de Estados Partes solicitantes da missão de esclarecimento de fatos ou diretamente afetados por ela não poderão ser indicados para a missão. Os membros da missão de esclarecimento de fatos gozarão de privilégios e imunidades conforme o disposto no Artigo VI da Convenção de Privilégios e Imunidades das Nações Unidas, adotada em 13 de fevereiro de 1946.

11. Após aviso de pelo menos 72 horas, os membros da missão de esclarecimento de fatos deverão chegar ao território do Estado Parte solicitado o quanto antes. O Estado Parte solicitado tomará as medidas administrativas necessárias para receber, transportar e acomodar a missão e será responsável por garantir ao máximo possível a segurança da missão enquanto ela se encontrar em território sob seu controle.

12. Sem prejuízo da soberania do Estado Parte solicitado, a missão de esclarecimento de fatos poderá trazer ao território do Estado Parte solicitado o equipamento necessário, que será usado exclusivamente para recolher informação sobre a alegada questão de cumprimento. Anteriormente a sua chegada, a missão informará o Estado Parte solicitado do equipamento que pretende utilizar durante a realização da missão de esclarecimento de fatos.

13. O Estado Parte solicitado envidará todos os esforços para assegurar que seja dada à missão de esclarecimento de fatos a oportunidade de falar com todas as pessoas que possam fornecer informações relacionadas à alegada questão de cumprimento.

14. O Estado Parte solicitado assegurará à missão de esclarecimento de fatos acesso a todas as áreas e instalações sob seu controle em que fatos pertinentes à questão de cumprimento possam supostamente ser levantados. O acesso estará sujeito a quaisquer arranjos que o Estado Parte solicitado considere necessários para:

- (a) A proteção de equipamento, informação e áreas sensíveis;
- (b) A proteção de quaisquer obrigações constitucionais que o Estado Parte solicitado possa ter com respeito a direitos de propriedade, busca e apreensão ou outros direitos constitucionais; ou
- (c) A proteção e segurança físicas dos membros da missão de esclarecimento de fatos. Caso o Estado Parte solicitado faça esses arranjos, ele deverá envidar todos os esforços possíveis para demonstrar por outros meios que cumpre com esta Convenção.

15. A missão de esclarecimento de fatos poderá permanecer no território do Estado Parte solicitado por no máximo 14 dias, e em qualquer lugar específico não mais que 07 dias, a menos que se acorde diferentemente.

16. Toda informação fornecida em caráter confidencial e não relacionada ao tema da missão de esclarecimento de fatos será tratada de maneira confidencial.

17. A missão de esclarecimento de fatos comunicará o resultado de suas averiguações, por intermédio do Secretário-Geral das Nações Unidas, à Reunião dos Estados Partes ou à Reunião Extraordinária dos Estados Partes.

18. A Reunião dos Estados Partes ou a Reunião Extraordinária dos Estados Partes considerará toda informação pertinente, inclusive o relatório apresentado pela missão de esclarecimento de fatos, e poderá solicitar ao Estado Parte solicitado que tome medidas para resolver a questão do cumprimento em um período de tempo determinado. O Estado Parte solicitado informará sobre todas as medidas tomadas em atendimento a tal solicitação.

19. A Reunião dos Estados Partes ou a Reunião Extraordinária dos Estados Partes poderá sugerir aos Estados Partes afetados modos e meios de esclarecer ainda mais ou resolver o assunto em consideração, incluindo o início de procedimentos apropriados em conformidade com o direito internacional. Nos casos em que se determine que o assunto em questão se deve a circunstâncias além do controle do Estado Parte solicitado, a Reunião dos Estados Partes ou a Reunião Extraordinária dos Estados Partes poderá recomendar medidas apropriadas, inclusive o uso das medidas de cooperação referidas no Artigo 6º.

20. A Reunião dos Estados Partes ou a Reunião Extraordinária dos Estados Partes envidará todos os esforços para adotar as decisões a que se referem os parágrafos 18 e 19 por consenso e, se não houver consenso, por maioria de dois terços dos Estados Partes presentes e votantes.

Artigo 9º

Medidas de Implementação Nacional

Cada Estado Parte tomará todas as medidas legais, administrativas e outras apropriadas, inclusive a imposição de sanções penais, para prevenir e reprimir toda atividade proibida a um Estado Parte de acordo com esta Convenção executada em território ou por pessoas sob sua jurisdição ou controle.

Artigo 10º

Solução de Controvérsias

1. Os Estados Partes se consultarão e cooperarão para solucionar qualquer controvérsia que possa surgir em relação à aplicação ou interpretação desta Convenção. Cada Estado Parte poderá submeter quaisquer problemas à Reunião dos Estados Partes.

2. A Reunião dos Estados Partes poderá contribuir para a solução de controvérsias por quaisquer meios que julgue apropriados, inclusive pelo oferecimento de seus bons ofícios, instando os Estados Partes em uma controvérsia a darem início ao procedimento de solução de sua escolha e recomendando um prazo para qualquer procedimento acordado.

3. Este Artigo é sem prejuízo das disposições desta Convenção sobre facilitação e esclarecimento do cumprimento.

Artigo 11º

Reuniões dos Estados Partes

1. Os Estados Partes reunir-se-ão regularmente para considerar qualquer assunto relativo à aplicação ou à implementação desta Convenção, incluindo:

- (a) O funcionamento e o estado desta Convenção;
- (b) Assuntos suscitados pelos relatórios apresentados de acordo com as disposições desta Convenção;
- (c) Cooperação e assistência internacionais em conformidade com o Artigo 6º;
- (d) Desenvolvimento de tecnologias de desminagem;
- (e) As solicitações dos Estados Partes a que se refere o Artigo 8º; e
- (f) Decisões relacionadas às solicitações dos Estados Partes, conforme disposto no Artigo 5º.

2. A Primeira Reunião dos Estados Partes será convocada pelo Secretário-Geral das Nações Unidas no prazo de um ano após a entrada em vigor desta Convenção. As reuniões subseqüentes serão convocadas pelo Secretário-Geral das Nações Unidas anualmente até a primeira Reunião de Revisão.

3. Em conformidade com as condições definidas no Artigo 8º, o Secretário-Geral das Nações Unidas convocará uma Reunião Extraordinária dos Estados Partes.

4. Os Estados não partes desta Convenção, bem como as Nações Unidas, outras organizações ou instituições internacionais pertinentes, organizações regionais, o Comitê Internacional da Cruz Vermelha e organizações não-governamentais pertinentes poderão ser convidados para participar destas reuniões como observadores em conformidade com as Regras de Procedimento acordadas.

Artigo 12º

Conferências de Revisão

1. Uma Conferência de Revisão será convocada pelo Secretário-Geral das Nações Unidas cinco anos após a entrada em vigor desta Convenção. Conferências de Revisão posteriores poderão ser convocadas pelo Secretário-Geral das Nações Unidas se assim solicitado por um ou mais Estados Partes, desde que o intervalo entre Conferências de Revisão não seja menor do que cinco anos. Todos os Estados Partes desta Convenção serão convidados para cada Conferência de Revisão.

2. O objetivo da Conferência de Revisão será:

- (a) Revisar o funcionamento e o estado desta Convenção;
- (b) Considerar a necessidade de posteriores Reuniões dos Estados Partes e o período de intervalo entre elas a que se refere o parágrafo 2 do Artigo 11º;
- (c) Tomar decisões sobre apresentações de solicitações dos Estados Partes conforme disposto no Artigo 5º; e
- (d) Adotar, se necessário, em seu relatório final conclusões relacionadas à implementação desta Convenção.

3. Estados não partes desta Convenção, bem como as Nações Unidas, outras organizações ou instituições internacionais pertinentes, organizações regionais, o Comitê Internacional da Cruz Vermelha e organizações não-governamentais pertinentes poderão ser convidados para participar de cada Conferência de Revisão como observadores em conformidade com as Regras de Procedimento acordadas.

Artigo 13º

Emendas

1. A qualquer momento após a entrada em vigor desta Convenção, qualquer Estado Parte poderá propor emendas a esta Convenção. Toda proposta de emenda será comunicada ao Depositário, que a circulará por todos os Estados Partes e solicitará suas opiniões quanto à conveniência de convocar uma Conferência de Emenda para considerar a proposta. Se a maioria dos Estados Partes notificar o Depositário, no mais tardar até 30 dias após a circulação da proposta, ser a favor de prosseguir na consideração da proposta, o Depositário convocará uma Conferência de Emenda para a qual todos os Estados Partes serão convidados.

2. Estados não partes desta Convenção, bem como as Nações Unidas, outras organizações ou instituições internacionais pertinentes, organizações regionais, o Comitê Internacional da Cruz Vermelha e organizações não-governamentais pertinentes poderão ser convidados a participar de

cada Conferência de Emenda como observadores de acordo com as Regras de Procedimento acordadas.

3. A Conferência de Emenda será realizada imediatamente após uma Reunião dos Estados Partes ou uma Conferência de Revisão, a não ser que a maioria dos Estados Partes solicite que seja realizada anteriormente.

4. Qualquer emenda a esta Convenção deverá ser adotada por uma maioria de dois terços dos Estados Partes presentes e votantes na Conferência de Emenda. O Depositário comunicará toda emenda assim adotada aos Estados Partes.

5. Uma emenda a esta Convenção entrará em vigor, para todos os Estados Partes desta Convenção que a tenham aceitado, no momento em que a maioria dos Estados Partes tiver depositado junto ao Depositário os instrumentos de aceitação. Posteriormente, entrará em vigor para os demais Estados Partes na data em que depositem seu instrumento de aceitação.

Artigo 14º **Custos**

1. Os custos de Reuniões dos Estados Partes, Reuniões Extraordinárias dos Estados Partes, Conferências de Revisão e Conferências de Emendas serão arcados pelos Estados Partes e pelos Estados não partes desta Convenção que delas participem, em conformidade com a escala de cotas das Nações Unidas ajustada adequadamente.

2. Os custos incorridos pelo Secretário-Geral das Nações Unidas de acordo com os Artigos 7º e 8º e os custos de missões de esclarecimento de fatos serão arcados pelos Estados Partes em conformidade com a escala de cotas das Nações Unidas ajustada adequadamente.

Artigo 15º **Assinatura**

Esta Convenção, feita em Oslo, Noruega, em 18 de setembro de 1997, estará aberta para assinaturas por todos os Estados, em Ottawa, Canadá, no período de 03 a 04 de dezembro de 1997, e na Sede das Nações Unidas, em Nova Iorque, de 5 de dezembro de 1997 até sua entrada em vigor.

Artigo 16º **Ratificação, Aceitação, Aprovação ou Adesão**

1. Esta Convenção está sujeita à ratificação, aceitação ou aprovação de seus signatários.

2. A Convenção estará aberta à adesão de qualquer Estado que não a tenha assinado.

3. Os instrumentos de ratificação, aceitação, aprovação ou adesão serão depositados junto ao Depositário.

Artigo 17º **Entrada em Vigor**

1. Esta Convenção entrará em vigor no primeiro dia do sexto mês após o mês em que o 40º instrumento de ratificação, aceitação, aprovação ou adesão tenha sido depositado.

2. Para qualquer Estado que deposite seu instrumento de ratificação, aceitação, aprovação ou adesão após a data do depósito do 40º instrumento de ratificação, aceitação, aprovação ou adesão, esta Convenção entrará em vigor no primeiro dia do sexto mês após a data em que aquele Estado tiver depositado seu instrumento de ratificação, aceitação, aprovação ou adesão.

Artigo 18º **Aplicação Provisória**

Qualquer Estado poderá, no momento de sua ratificação, aceitação, aprovação ou adesão, declarar que aplicará provisoriamente o parágrafo 1 do Artigo 1º desta Convenção até que esta entre em vigor.

Artigo 19º **Reservas**

Os Artigos desta Convenção não são sujeitos a reservas.

Artigo 20 **Duração e Denúncia**

1. Esta convenção terá duração ilimitada.

2. Cada Estado Parte terá, no exercício de sua soberania nacional, o direito de denunciar esta Convenção. Ele deverá comunicar a denúncia a todos os Estados Partes, ao Depositário e ao Conselho de Segurança das Nações Unidas. O instrumento de denúncia deverá incluir uma explicação completa das razões que motivam a denúncia.

3. A denúncia somente terá efeito seis meses após a recepção do instrumento de denúncia pelo Depositário. Se, no entanto, no momento da expiração desse período de seis meses o Estado Parte denunciante estiver envolvido em conflito armado, a denúncia não terá efeito antes do fim do conflito armado.

4. A denúncia desta Convenção por um Estado Parte não afetará de modo algum o dever dos Estados de seguir cumprindo com suas obrigações decorrentes de quaisquer normas pertinentes do Direito Internacional.

Artigo 21º **Depositário**

O Secretário-Geral das Nações Unidas é designado pelo presente Depositário desta Convenção.

Artigo 22º
Textos Autênticos

O original desta Convenção, cujos textos em árabe, chinês, inglês, francês, russo e espanhol são igualmente autênticos, será depositado junto ao Secretário-Geral das Nações Unidas.

Disponível

em:

<http://www.gichd.org/fileadmin/pdf/other_languages/portuguese/MBC/MBC_convention_text/CONVENCAO_DE_OTTAWA_portugues_1.pdf>. Acesso em: 05 set. 2008.

ANEXO II

EXPLOSÃO DE MINA TERRESTRE ANTIPESSOAL EM MOÇAMBIQUE



Disponível em: <http://farm2.static.flickr.com/1369/769635294_624816fabe_o.jpg> . Acesso em: 18 out. 2008.

ANEXO III

VÍTIMAS DE ACIDENTE COM MINAS ANTIPESSOAL EM MOÇAMBIQUE



Disponível em: <<http://www.burlingtonartcentre.on.ca/images/landmines.jpg>>. Acesso em: 18 ou. 2008.

ANEXO IV

ALGUNS EXEMPLOS DE MINAS TERRESTRES E ENGENHOS EXPLOSIVOS



Disponível em: <<http://opinioao-lusofona.blogspot.com/2008/04/moambique-perigo-das-minas-continua.html>>. Acesso em: 14 out. 2008.



Disponível em: <http://www.american.edu/TED/ice/images4/ek_landmine.jpg>. Acesso em: 22 out.2008.

ANEXO V

MAPA DA *HALO TRUST*, QUE MOSTRA EM AZUL ESCURO A ÁREA DE MOÇAMBIQUE COMPLETAMENTE LIVRE DE MINAS TERRESTRES E O RESTO DO TERRITÓRIO QUE AINDA FALTA REALIZAR DESMINAGEM, MAIS CLARO.



Disponível em: <<http://www.halotrust.org/images/mozwebmap.jpg>>. Acesso em: 22 ago. 2008.

ANEXO VI

DECLARAÇÃO UNIVERSAL DOS DIREITOS HUMANOS

Adotada e proclamada pela resolução 217 A (III)
da Assembléia Geral das Nações Unidas em 10 de dezembro de 1948

Preâmbulo

Considerando que o reconhecimento da dignidade inerente a todos os membros da família humana e de seus direitos iguais e inalienáveis é o fundamento da liberdade, da justiça e da paz no mundo,

Considerando que o desprezo e o desrespeito pelos direitos humanos resultaram em atos bárbaros que ultrajaram a consciência da Humanidade e que o advento de um mundo em que os homens gozem de liberdade de palavra, de crença e da liberdade de viverem a salvo do temor e da necessidade foi proclamado como a mais alta aspiração do homem comum,

Considerando essencial que os direitos humanos sejam protegidos pelo Estado de Direito, para que o homem não seja compelido, como último recurso, à rebelião contra tirania e a opressão,

Considerando essencial promover o desenvolvimento de relações amistosas entre as nações,

Considerando que os povos das Nações Unidas reafirmaram, na Carta, sua fé nos direitos humanos fundamentais, na dignidade e no valor da pessoa humana e na igualdade de direitos dos homens e das mulheres, e que decidiram promover o progresso social e melhores condições de vida em uma liberdade mais ampla,

Considerando que os Estados-Membros se comprometeram a desenvolver, em cooperação com as Nações Unidas, o respeito universal aos direitos humanos e liberdades fundamentais e a observância desses direitos e liberdades,

Considerando que uma compreensão comum desses direitos e liberdades é da mais alta importância para o pleno cumprimento desse compromisso,

A Assembléia Geral proclama

A presente Declaração Universal dos Direitos Humanos como o ideal comum a ser atingido por todos os povos e todas as nações, com o objetivo de que cada indivíduo e cada órgão da sociedade, tendo sempre em mente esta Declaração, se esforce, através do ensino e da educação, por promover o respeito a esses direitos e liberdades, e, pela adoção de medidas progressivas de caráter nacional e internacional, por assegurar o seu reconhecimento e a sua observância universais e efetivos, tanto entre os povos dos próprios Estados-Membros, quanto entre os povos dos territórios sob sua jurisdição.

Artigo I

Todas as pessoas nascem livres e iguais em dignidade e direitos. São dotadas de razão e consciência e devem agir em relação umas às outras com espírito de fraternidade.

Artigo II

Toda pessoa tem capacidade para gozar os direitos e as liberdades estabelecidos nesta Declaração, sem distinção de qualquer espécie, seja de raça, cor, sexo, língua, religião, opinião política ou de outra natureza, origem nacional ou social, riqueza, nascimento, ou qualquer outra condição.

Artigo III

Toda pessoa tem direito à vida, à liberdade e à segurança pessoal.

Artigo IV

Ninguém será mantido em escravidão ou servidão, a escravidão e o tráfico de escravos serão proibidos em todas as suas formas.

Artigo V

Ninguém será submetido à tortura, nem a tratamento ou castigo cruel, desumano ou degradante.

Artigo VI

Toda pessoa tem o direito de ser, em todos os lugares, reconhecida como pessoa perante a lei.

Artigo VII

Todos são iguais perante a lei e têm direito, sem qualquer distinção, a igual proteção da lei. Todos têm direito a igual proteção contra qualquer discriminação que viole a presente Declaração e contra qualquer incitamento a tal discriminação.

Artigo VIII

Toda pessoa tem direito a receber dos tribunais nacionais competentes remédio efetivo para os atos que violem os direitos fundamentais que lhe sejam reconhecidos pela constituição ou pela lei.

Artigo IX

Ninguém será arbitrariamente preso, detido ou exilado.

Artigo X

Toda pessoa tem direito, em plena igualdade, a uma audiência justa e pública por parte de um tribunal independente e imparcial, para decidir de seus direitos e deveres ou do fundamento de qualquer acusação criminal contra ele.

Artigo XI

1. Toda pessoa acusada de um ato delituoso tem o direito de ser presumida inocente até que a sua culpabilidade tenha sido provada de acordo com a lei, em julgamento público no qual lhe tenham sido asseguradas todas as

garantias necessárias à sua defesa.

2. Ninguém poderá ser culpado por qualquer ação ou omissão que, no momento, não constituíam delito perante o direito nacional ou internacional. Tampouco será imposta pena mais forte do que aquela que, no momento da prática, era aplicável ao ato delituoso.

Artigo XII

Ninguém será sujeito a interferências na sua vida privada, na sua família, no seu lar ou na sua correspondência, nem a ataques à sua honra e reputação. Toda pessoa tem direito à proteção da lei contra tais interferências ou ataques.

Artigo XIII

1. Toda pessoa tem direito à liberdade de locomoção e residência dentro das fronteiras de cada Estado.
2. Toda pessoa tem o direito de deixar qualquer país, inclusive o próprio, e a este regressar.

Artigo XIV

1. Toda pessoa, vítima de perseguição, tem o direito de procurar e de gozar asilo em outros países.
2. Este direito não pode ser invocado em caso de perseguição legitimamente motivada por crimes de direito comum ou por atos contrários aos propósitos e princípios das Nações Unidas.

Artigo XV

1. Toda pessoa tem direito a uma nacionalidade.
2. Ninguém será arbitrariamente privado de sua nacionalidade, nem do direito de mudar de nacionalidade.

Artigo XVI

1. Os homens e mulheres de maior idade, sem qualquer restrição de raça, nacionalidade ou religião, têm o direito de contrair matrimônio e fundar uma família. Gozam de iguais direitos em relação ao casamento, sua duração e sua dissolução.
2. O casamento não será válido senão com o livre e pleno consentimento dos nubentes.

Artigo XVII

1. Toda pessoa tem direito à propriedade, só ou em sociedade com outros.
2. Ninguém será arbitrariamente privado de sua propriedade.

Artigo XVIII

Toda pessoa tem direito à liberdade de pensamento, consciência e religião; este direito inclui a liberdade de mudar de religião ou crença e a liberdade de manifestar essa religião ou crença, pelo ensino, pela prática, pelo culto e pela observância, isolada ou coletivamente, em público ou em particular.

Artigo XIX

Toda pessoa tem direito à liberdade de opinião e expressão; este direito inclui a liberdade de, sem interferência, ter opiniões e de procurar, receber e transmitir informações e idéias por quaisquer meios e independentemente de fronteiras.

Artigo XX

1. Toda pessoa tem direito à liberdade de reunião e associação pacíficas.
2. Ninguém pode ser obrigado a fazer parte de uma associação.

Artigo XXI

1. Toda pessoa tem o direito de tomar parte no governo de seu país, diretamente ou por intermédio de representantes livremente escolhidos.
2. Toda pessoa tem igual direito de acesso ao serviço público do seu país.
3. A vontade do povo será a base da autoridade do governo; esta vontade será expressa em eleições periódicas e legítimas, por sufrágio universal, por voto secreto ou processo equivalente que assegure a liberdade de voto.

Artigo XXII

Toda pessoa, como membro da sociedade, tem direito à segurança social e à realização, pelo esforço nacional, pela cooperação internacional e de acordo com a organização e recursos de cada Estado, dos direitos econômicos, sociais e culturais indispensáveis à sua dignidade e ao livre desenvolvimento da sua personalidade.

Artigo XXIII

1. Toda pessoa tem direito ao trabalho, à livre escolha de emprego, a condições justas e favoráveis de trabalho e à proteção contra o desemprego.
2. Toda pessoa, sem qualquer distinção, tem direito a igual remuneração por igual trabalho.
3. Toda pessoa que trabalhe tem direito a uma remuneração justa e satisfatória, que lhe assegure, assim como à sua família, uma existência compatível com a dignidade humana, e a que se acrescentarão, se necessário, outros meios de proteção social.
4. Toda pessoa tem direito a organizar sindicatos e neles ingressar para proteção de seus interesses.

Artigo XXIV

Toda pessoa tem direito a repouso e lazer, inclusive a limitação razoável das horas de trabalho e férias periódicas remuneradas.

Artigo XXV

1. Toda pessoa tem direito a um padrão de vida capaz de assegurar a si e a sua família saúde e bem estar, inclusive alimentação, vestuário, habitação, cuidados médicos e os serviços sociais indispensáveis, e direito à segurança em caso de desemprego, doença, invalidez, viuvez, velhice ou outros casos de perda dos meios de subsistência fora de seu controle.
2. A maternidade e a infância têm direito a cuidados e assistência especiais. Todas as crianças nascidas dentro ou fora do matrimônio, gozarão da mesma proteção social.

Artigo XXVI

1. Toda pessoa tem direito à instrução. A instrução será gratuita, pelo menos nos graus elementares e fundamentais. A instrução elementar será obrigatória. A instrução técnico-profissional será acessível a todos, bem como a instrução superior, esta baseada no mérito.
2. A instrução será orientada no sentido do pleno desenvolvimento da personalidade humana e do fortalecimento do respeito pelos direitos humanos e pelas liberdades fundamentais. A instrução promoverá a compreensão, a tolerância e a amizade entre todas as nações e grupos raciais ou religiosos, e coadjuvará as atividades das Nações Unidas em prol da manutenção da paz.
3. Os pais têm prioridade de direito na escolha do gênero de instrução que será ministrada a seus filhos.

Artigo XXVII

1. Toda pessoa tem o direito de participar livremente da vida cultural da comunidade, de fruir as artes e de participar do processo científico e de seus benefícios.

2. Toda pessoa tem direito à proteção dos interesses morais e materiais decorrentes de qualquer produção científica, literária ou artística da qual seja autor.

Artigo XVIII

Toda pessoa tem direito a uma ordem social e internacional em que os direitos e liberdades estabelecidos na presente Declaração possam ser plenamente realizados.

Artigo XXIV

1. Toda pessoa tem deveres para com a comunidade, em que o livre e pleno desenvolvimento de sua personalidade é possível.

2. No exercício de seus direitos e liberdades, toda pessoa estará sujeita apenas às limitações determinadas pela lei, exclusivamente com o fim de assegurar o devido reconhecimento e respeito dos direitos e liberdades de outrem e de satisfazer às justas exigências da moral, da ordem pública e do bem-estar de uma sociedade democrática.

3. Esses direitos e liberdades não podem, em hipótese alguma, ser exercidos contrariamente aos propósitos e princípios das Nações Unidas.

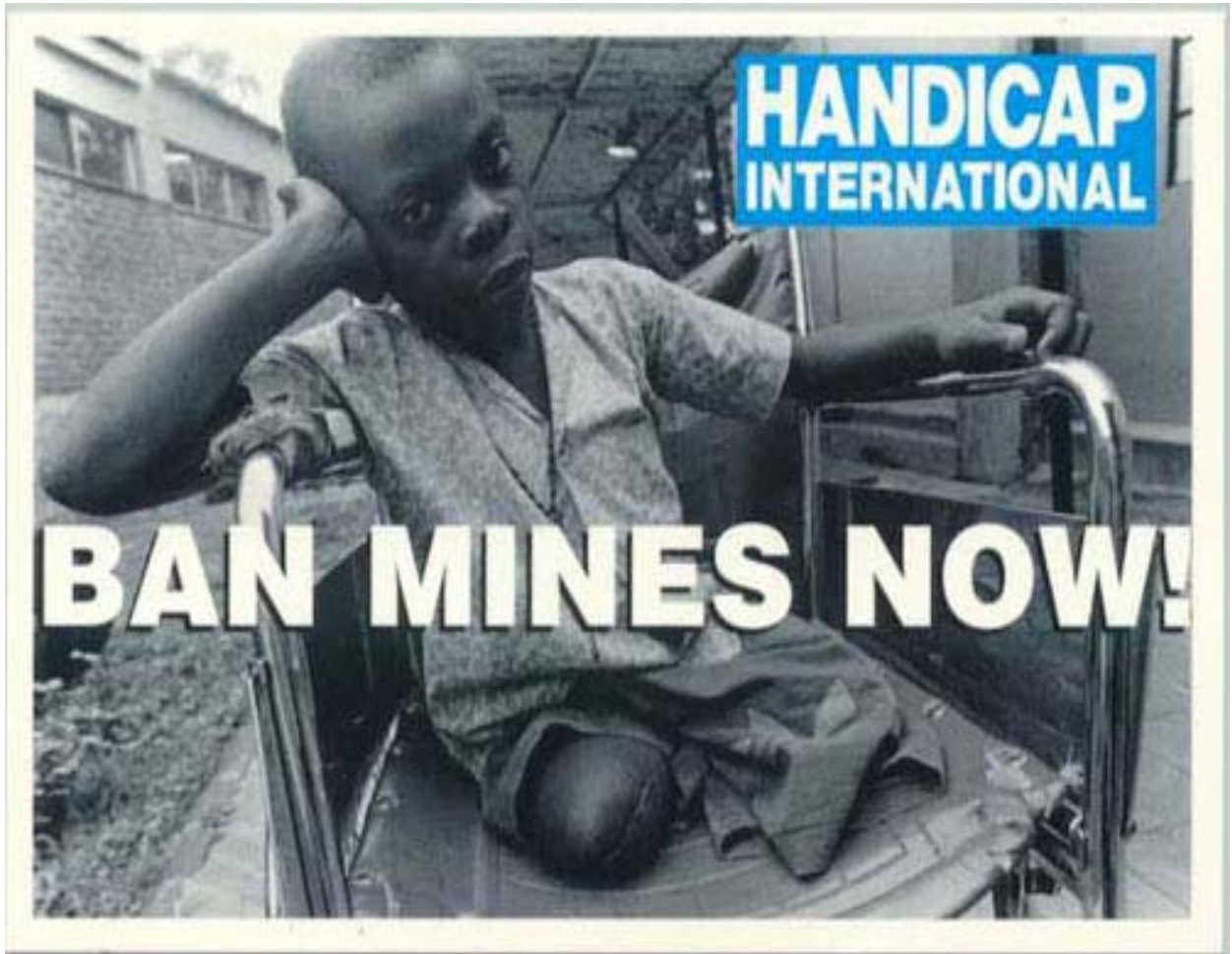
Artigo XXX

Nenhuma disposição da presente Declaração pode ser interpretada como o reconhecimento a qualquer Estado, grupo ou pessoa, do direito de exercer qualquer atividade ou praticar qualquer ato destinado à destruição de quaisquer dos direitos e liberdades aqui estabelecidos.

Disponível em: <http://www.onu-brasil.org.br/documentos_direitoshumanos.php>. Acesso em: 05 set. 2008.

ANEXO VII

CAMPANHA INTERNACIONAL PARA O BANIMENTO DE MINAS TERRESTRES



Disponível em:

<http://www.icbl.org/resources/photo/Illustrations/Postcards/HI_ban_landmines_now.JPG
>. Acesso em: 22 out. 2008.

PATRÍCIA PIRES BADKE

**DESMINAGEM EM MOÇAMBIQUE:
problemas e limites**

Monografia apresentada como requisito para
conclusão do curso de bacharelado em Relações
Internacionais do Centro Universitário de
Brasília.

Orientador: Prof. Dr. Delmo Arguelhes

BRASÍLIA

2008

